

29 de Julho de 2012
CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

N.º DO CARTÃO

NOME (LETRA DE FORMA)

ASSINATURA

INFORMAÇÕES / INSTRUÇÕES:

1. Verifique se a prova está completa: questões de números 1 a 100.
2. A compreensão e a interpretação das questões constituem parte integrante da prova, razão pela qual os fiscais não poderão interferir.
3. Preenchimento do **Cartão-Resposta**:
 - Preencher para cada questão apenas uma resposta.
 - Preencher totalmente o espaço correspondente, conforme o modelo:
 - Usar caneta esferográfica, escrita normal, tinta azul ou preta.
 - Para qualquer outra forma de preenchimento, a leitora anulará a questão.

**O CARTÃO-RESPOSTA É PERSONALIZADO.
NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO, NEM CONTER RASURAS.**

Duração total da prova: 5 horas

Anote o seu gabarito.

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.
21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.
31.	32.	33.	34.	35.	36.	37.	38.	39.	40.
41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.	49.	50.
51.	52.	53.	54.	55.	56.	57.	58.	59.	60.
61.	62.	63.	64.	65.	66.	67.	68.	69.	70.
71.	72.	73.	74.	75.	76.	77.	78.	79.	80.
81.	82.	83.	84.	85.	86.	87.	88.	89.	90.
91.	92.	93.	94.	95.	96.	97.	98.	99.	100.



BLOCO 1

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o seguinte artigo, do sociólogo e jurista português Boaventura de Sousa Santos:

Justiça social e justiça histórica Boaventura de Sousa Santos

Ao regressar de férias, o STF enfrenta uma questão crucial para a construção da identidade do Brasil pós-constituente: é possível adotar um sistema de ações afirmativas para ingresso nas universidades públicas que destine parte das vagas a negros e indígenas? Ao rejeitar o pedido de liminar em ação movida pelo DEM visando suspender a matrícula dos alunos, o ministro Gilmar Mendes sugeriu que a resposta fosse dada em razão do impacto das ações afirmativas sobre um dos elementos centrais do constitucionalismo moderno: a fraternidade.

Perguntou-se se estaria abrindo mão da ideia de um país miscigenado e adotando o conceito de nação bicolor, que opõe "negros" a "não negros", e se não haveria forma mais adequada de realizar "justiça social" - por exemplo, cotas pelo critério da renda. Situar o juízo de constitucionalidade no horizonte da fraternidade é uma importante inovação no discurso do Supremo. Mas, assim como o debate sobre a adoção de ações afirmativas baseadas na cor da pele não pode ser dissociado do modo como a sociedade brasileira se organizou racialmente, o debate sobre a concretização da Constituição não pode desprezar as circunstâncias históricas nas quais ela se insere.

Como já escrevi nesta seção, o ideário da fraternidade nas revoluções europeias caminhou de par com a negação da fraternidade fora da Europa ("As dores do pós-colonialismo", 21/8/06). No "novo mundo", a prosperidade foi construída à base da usurpação violenta de territórios originários dos povos indígenas e da sobre-exploração dos escravos para aqui trazidos. Por essa razão, no Brasil, a injustiça social tem forte componente de injustiça histórica e, em última instância, de racismo anti-índio e antinegro ("Bifurcação na Justiça", 10/6/08).

Em contraste com outros países (EUA), o Brasil apresenta um grau bem maior de miscigenação. A questão é saber se esse maior grau de miscigenação foi suficiente para evitar a persistência de desigualdades estruturais associadas à cor da pele e à identidade étnica, ou seja, se o fim do colonialismo político acarretou o fim do colonialismo social.

Os indicadores sociais dizem que essas desigualdades persistem. Por exemplo, um estudo recente divulgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República mostra que o risco de ser assassinado no Brasil é 2,6 vezes maior entre adolescentes negros do que entre brancos. Falar em fraternidade no Brasil

significa enfrentar o peso desse legado, grande desafio para um país em que muitos, levemente, tomam a ideia de democracia racial como dado, não como projeto.

Mas, se o desafio for enfrentado pelas instituições sem que se busque diluir o problema em categorias fluidas como a de "pobres", o país caminhará não só para a consolidação de uma nova ordem constitucional, no plano jurídico, como também para a construção de uma ordem verdadeiramente pós-colonial, no plano sociopolítico.

Ao estabelecer um sistema de ações afirmativas para negros e indígenas, a UnB oferece três grandes contributos para essa transição. Em primeiro lugar, o sistema de educação superior recusa-se a reproduzir as desigualdades que lhe são externas e mobiliza-se para construir alternativas de inclusão de segmentos historicamente alijados das universidades em razão da cor da pele ou identidade étnica. Segundo, a adoção dessas alternativas não acarreta prejuízo para a qualidade acadêmica. Ao contrário, traz mais diversidade, criatividade e dinamismo ao campus ao incluir novos produtores e modos de conhecer. Terceiro, apesar de levantarem reações pontuais, como a do DEM, ações afirmativas baseadas na cor da pele ou identidade étnica obtêm um elevado grau de legitimidade na comunidade acadêmica. Basta ver como diversos grupos de pesquisa e do movimento estudantil se articularam em defesa do sistema da UnB quando ele foi posto em causa. Para o estudo das reformas universitárias, é fundamental que o programa da UnB possa completar o ciclo de dez anos previsto no plano de metas da instituição.

A resposta a ser adotada pelo STF é incerta. O tribunal poderá desprezar a experiência da UnB sob o receio de que ela dissolva o mito de um país fraterno, porque mais miscigenado do que outros. Mas o tribunal também poderá entender que o programa da UnB, ao reconhecer a existência de grupos historicamente desfavorecidos, é, ao contrário, uma tentativa válida de institucionalizar uma fraternidade efetiva. Somente a segunda resposta permite combinar justiça social com justiça histórica.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 26/08/2009.

1. Com base na leitura do artigo de Boaventura de Sousa Santos, assinale a única alternativa **CORRETA**:

- A) Para o autor, a grande miscigenação brasileira explica o porquê de o país não carecer de cotas raciais no ambiente acadêmico, onde a pluralidade cultural é uma realidade.
- B) Segundo Boaventura, o racismo está ligado a uma época remota, quando da escravidão, o que justifica a não adoção do regime de cotas.
- C) Para o autor, a miscigenação (palavra-chave da ideia de democracia racial) não conseguiu

- acabar com a desigualdade social, no caso brasileiro.
- D) Segundo Boaventura, mais importante do que aplicar um regime de cotas raciais é a utilização de critérios de renda – ou seja, as cotas sociais.
- E) Para o autor, os debates do STF não podem ignorar a historiografia da Constituição nem o fato de que, no Brasil, não é possível discutir o juízo de constitucionalidade com base em princípios gerais, como a fraternidade.
2. Sobre as ideias defendidas por Boaventura de Sousa Santos, assinale a única assertiva **CORRETA**:
- A) Uma das três grandes contribuições da implantação de um sistema de ações afirmativas para negros e indígenas, no meio universitário brasileiro (exemplificado pela UnB) é a manutenção de um conceito basilar da moderna democracia brasileira, qual seja, a ideia incontestada de democracia racial.
- B) Uma das três grandes contribuições da implantação de um sistema de ações afirmativas para negros e indígenas, no meio universitário brasileiro (exemplificado pela UnB) é o fechamento de um ciclo de discussões acerca da falência do mito da igualdade racial; a política de ações afirmativas, assim, comprova que a miscigenação não ocorreu em nosso país.
- C) Um dos dois pontos mais debatidos acerca da política de cotas raciais (para negros e índios) no meio universitário brasileiro é o decréscimo da qualidade do binômio ensino/aprendizagem no ambiente acadêmico, fato comprovado a partir do estudo de caso da UnB.
- D) Um dos dois pontos mais debatidos acerca da política de cotas raciais (para negros e índios) no meio universitário brasileiro é o fato de que a adoção das chamadas ações afirmativas por meios institucionais, como a UnB, pode prejudicar as reformas universitárias almejadas pelo corpo docente.
- E) Uma das três grandes contribuições da implantação de um sistema de ações afirmativas para negros e indígenas, no meio universitário brasileiro (exemplificado pela UnB) é a recusa, por parte do ensino superior, da reprodução de certas desigualdades externas, historicamente construídas.
3. A partir da leitura do texto de Boaventura de Sousa Santos, assinale a única alternativa **CORRETA**:
- A) Na visão do autor, o fim do colonialismo político não necessariamente acarreta o fim do colonialismo social; na sociedade brasileira, porém, é perceptível que as amarras do colonialismo social foram cortadas há tempos.
- B) Na visão do autor, a “democracia racial”, na sociedade brasileira, é, por muitos, tomada como fato consumado, o que não corresponde à realidade de desigualdade social observada no país.
- C) Na visão do autor, a “democracia racial” é um projeto institucional fulcrado em dados da UnB e respaldado pelo julgado do STF, projeto este que passa pela implantação de políticas de ações afirmativas, como as cotas para negros e índios.
- D) Pode-se dizer que o autor diferencia a fraternidade efetiva, institucionalizada, da fraternidade abstrata do lema revolucionário francês (única responsável pela efetivação da justiça social, também uma forma de justiça histórica).
- E) Pode-se dizer que o autor desconstrói o mito da “fraternidade”, mostrando, por meio de dados numéricos e de acórdãos do STF, que o lema da revolução burguesa clássica não é aplicável à realidade brasileira contemporânea.
4. Leia o seguinte parágrafo, retirado do texto de Boaventura de Sousa Santos, e assinale a única assertiva **CORRETA**:
- Os indicadores sociais dizem que essas desigualdades persistem. Por exemplo, um estudo recente divulgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República mostra que o risco de ser assassinado no Brasil é 2,6 vezes maior entre adolescentes negros do que entre brancos. Falar em fraternidade no Brasil significa enfrentar o peso desse legado, grande desafio para um país em que muitos, levemente, tomam a ideia de democracia racial como dado, não como projeto.*
- A) No trecho “Por exemplo, um estudo recente divulgado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República mostra que o risco de ser assassinado no Brasil é 2,6 vezes maior entre adolescentes negros do que entre brancos.”, há uma elipse que gera problema de concordância nominal.
- B) A expressão “desse legado” faz referência à “Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República”.
- C) A expressão “por exemplo” dá início a uma oração sem sujeito cujo tópico frasal é “risco de ser assassinado no Brasil”.
- D) A expressão “essas desigualdades” faz referência a “desigualdades estruturais associadas à cor da pele e à identidade étnica”, presente no parágrafo anterior.
- E) A expressão “desse legado” é catafórica e faz referência ao regresso de férias do STF, ideia presente no primeiro parágrafo do texto-base.

DIREITO CIVIL

5. Assinale a única assertiva **CORRETA** sobre responsabilidade civil:

- A) O menor emancipado responde regressivamente pelos danos por ele causados a terceiros, pelos quais o pai foi obrigado a indenizar.
- B) Os pais, tutores e curadores respondem civilmente pelos prejuízos causados pelos incapazes que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, até esgotarem seus respectivos patrimônios. Esgotados esses patrimônios, os incapazes respondem diretamente pelos prejuízos e, nessa hipótese, a indenização não pode privar do necessário o incapaz ou as pessoas que dele dependem, devendo ser equitativa.
- C) Mesmo que os pais ou tutores não tenham culpa, cabe a eles a responsabilidade civil pelos prejuízos causados pelos filhos ou tutelados menores, quando estiverem em sua companhia e sob sua autoridade, cabendo-lhes, porém, ação regressiva em caso de dolo ou culpa dos menores.
- D) A responsabilidade civil é solidária nos casos de coautoria da violação danosa do direito de outrem e subsidiária nas hipóteses em que a lei fixa a responsabilidade por atos de terceiros.
- E) O proprietário de veículo responde solidária e objetivamente pelos danos causados a terceiros por seu preposto, desde que comprovada a culpa deste, em decorrência do risco criado; e o dono de animal responde por presunção de culpa, cabendo-lhe o ônus de provar a culpa da vítima ou força maior.

6. Cinco anos após ter recebido do Poder Público a outorga de uma concessão serviço de táxi pelo prazo de dez anos, Silvio firmou um contrato particular com Orlando, por meio do qual fez a cessão dos direitos, pelo valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), condicionada à anuência do Poder Concedente.

Sobre o negócio jurídico realizado entre Silvio e Orlando, assinale a única alternativa **CORRETA**:

- A) O negócio é válido, mas ineficaz até o implemento da condição suspensiva.
- B) O negócio é válido e eficaz, sujeito, porém, ao advento de condição resolutiva.
- C) A condição resolutiva é impossível, o que a torna inexistente, e o negócio é puro e simples.
- D) O negócio jurídico é inexistente.
- E) O negócio é nulo.

7. Considerando a doutrina da *substancial performance* ou adimplemento substancial das obrigações, analise as seguintes afirmativas:

- I. O credor, diante de um adimplemento satisfatório, porém incompleto do devedor, sem

prejuízo de vir a ser indenizado por perdas e danos, tem limitado o direito de resolução do contrato.

- II. Nos contratos bilaterais, onerosos e de execução continuada, à falta de cumprimento integral de todas as prestações objeto do contrato, pelo devedor, é lícito ao credor dar por resolvido o contrato, considerando que as obrigações devem ser totalmente cumpridas, intuindo assegurar a conservação do negócio jurídico.
- III. Dado o conceito de obrigação como processo e de acordo com os princípios da boa-fé objetiva e da função social dos negócios jurídicos, incumbe ao credor colaborar para um adimplemento menos gravoso do devedor.
- IV. Só se considera haver adimplemento substancial se todas as prestações objeto da obrigação foram integralmente cumpridas.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a afirmativa I.
- B) Apenas as afirmativas II e IV.
- C) Apenas a afirmativa III.
- D) Apenas as afirmativas I e III.
- E) Apenas as afirmativas II, III e IV.

8. Sobre o contrato de seguro, analise as proposições a seguir. Em seguida, assinale a alternativa **CORRETA**.

- I. A seguradora tem direito de sub-rogação legal em face do terceiro causador do dano, pela cobertura dos riscos por este causados ao segurado.
- II. Ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco, a seguradora não se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo para sua prévia comunicação.
- III. O contrato de seguro por danos pessoais compreende os danos morais, salvo cláusula expressa de exclusão.
- IV. O seguro de vida não cobre o suicídio não premeditado.

- A) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as proposições I, II e III são verdadeiras.
- C) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.
- D) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.
- E) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.

9. O pagamento por consignação é meio conducente à exoneração do "solvens" impedido de efetuar um pagamento válido, podendo ainda ser utilizado para evitar que o pagamento seja feito a quem não tem direito sobre o crédito. Assim, são partes legitimadas ativas requerer a consignação do pagamento:

- A) Apenas o devedor e o terceiro interessado.
- B) Apenas o devedor, o terceiro interessado e o terceiro não interessado se o fizer em nome e por conta do devedor.
- C) O credor, o devedor, o terceiro interessado, o terceiro não interessado, se o fizer em nome e por conta do devedor.
- D) Apenas o credor, o devedor e o terceiro interessado.
- E) Apenas o credor e o devedor.

10. Em relação ao Direito de Família contemporâneo, afirma-se:

- I. A diversidade de sexos entre os companheiros não é requisito essencial para a configuração da união estável.
- II. Não se configura concubinato quando uma mulher convive com um homem formalmente casado, desde que a convivência seja pública, contínua, duradoura, com propósito de constituição de família, e que o companheiro, embora casado, esteja separado de fato.
- III. A filiação socioafetiva permite ao filho o uso do sobrenome dos pais socioafetivos, mas não assegura a ele o direito de herança, haja vista tratar-se apenas de parentesco por afinidade.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II e III.
- B) Apenas a assertiva II.
- C) Apenas as assertivas II e III.
- D) Apenas a assertiva I.
- E) Apenas as assertivas I e II.

11. Maria casou-se com João em 10 de janeiro de 1990, pelo regime da comunhão universal de bens. Do casamento, adveio o nascimento de quatro filhos, Pedro, Marina, Lucio e Daniele. Antes de casar, Maria já tinha um filho, Joaquim, havido com outro homem, em um romance da juventude. Pedro, a seu turno, casou em 5 de maio de 2008 com Manuela, também pelo regime da comunhão universal de bens, advindo, desse casamento, o nascimento do filho Claudio. Pedro falece em 30 de novembro de 2011. Na data de hoje, ocorreu o falecimento de Maria, que deixa um único bem, o imóvel em que residia com seu marido, no valor de 500 mil reais. Não há outros bens em nome de Maria ou de João.

Diante desses fatos, afirma-se:

- I. João, além de meeiro, é herdeiro de Maria, correspondendo seu quinhão à quarta parte da herança.
- II. João, além de meeiro, é herdeiro de Maria, devendo seu quinhão ser igual ao dos descendentes que sucederem por cabeça.
- III. Manuela herdará, em conjunto com seu filho Claudio, o quinhão que caberia a Pedro na herança de Maria, com fundamento no direito de representação e no regime de bens vigente entre os cônjuges.

IV. Claudio, Marina, Lucio, Daniele e Joaquim dividirão em partes iguais a herança deixada por sua mãe.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II e IV.
- B) Apenas as assertivas II e III.
- C) Apenas a assertiva II.
- D) Apenas a assertiva IV.
- E) Apenas a assertiva I.

12. Ao longo do ano de 2005, duzentas e cinquenta pessoas celebraram compromissos de compra e venda de lotes, com 1.000,00 m² cada um, situados em uma extensa área denominada “Loteamento X”, na condição de promitentes compradores. Tratava-se de loteamento de alto padrão, destinado tanto à moradia como à instalação de atividades comerciais. Assim o fizeram mediante instrumentos particulares, firmados com pessoa que se fazia passar por proprietário do imóvel. Ocorre que o verdadeiro proprietário jamais alienou a área, não tendo conhecimento de que alguém, fazendo-se passar por ele, estava a enganar tantas pessoas mediante os compromissos de compra e venda. Firmados os compromissos, porém, os promitentes compradores ingressaram desde logo na posse dos lotes, onde construíram residências, iniciaram diversas e relevantes atividades comerciais (como lojas, panificadoras, mercados), além de constituírem uma associação de bairro que presta efetiva assistência a pessoas carentes, residentes em loteamento vizinho. Quando ingressaram na posse dos lotes e realizaram as obras e serviços, os adquirentes desconheciam o fato de que estavam a adquirir os bens a *non domino*. Os últimos adquirentes assumiram a posse de seus lotes em 5 de dezembro de 2005. As escrituras públicas definitivas nunca foram outorgadas por aquele que, indevidamente, se fazia passar pelo proprietário da área em que teria se operado o loteamento, de modo que as aquisições propriamente ditas não vieram a ser registradas. Ocorre que o real proprietário do bem tomou conhecimento dos fatos há cerca de dez dias, apressando-se em ajuizar, na data de hoje, ação reivindicatória contra todos os possuidores, mediante petição inicial que atende plenamente aos requisitos formais e processuais exigíveis e às condições da ação.

Diante desses fatos, afirma-se:

- I. A ação reivindicatória deverá ser julgada improcedente se os possuidores, em sua defesa, alegarem usucapião coletiva, nos termos do Estatuto da Cidade.
- II. O proprietário reivindicante poderá ser privado da área reivindicada ainda que não se declare usucapião em favor dos possuidores, devendo o magistrado, nessa hipótese, fixar indenização que, uma vez paga, permitirá o

registro da propriedade em nome dos possuidores.

- III. Inexiste matéria de defesa que possa, com êxito, sobrepor-se ao direito de o proprietário, no caso narrado, reivindicar o imóvel.
- IV. Os possuidores evitarão a procedência da ação reivindicatória se alegarem usucapião especial urbana individual.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a assertiva II.
- B) Apenas a assertiva III.
- C) Apenas as assertivas II e III.
- D) Apenas a assertiva I.
- E) Apenas a assertiva IV.

13. A construtora Y adquire terreno urbano para fins de edificação de prédio de apartamentos. Assim, leva a efeito a incorporação imobiliária e toma financiamento junto ao Banco X, de modo a permitir a edificação. Institui em favor do Banco X dupla garantia, que consiste na hipoteca do terreno e na alienação fiduciária dos créditos. Todas as unidades autônomas, três anos depois, já são objeto de compromissos de compra e venda com os adquirentes dos apartamentos. Ocorre que a construtora não paga o financiamento e o banco é negligente no que tange ao exercício de seus direitos frente à cessão fiduciária dos créditos. Ao fim e ao cabo, o Banco X decide executar a hipoteca, promovendo a penhora do terreno e da totalidade da edificação, em sede de execução de título extrajudicial que tem no polo passivo apenas a incorporadora. O edifício já está, a essa altura, pronto, tendo a posse sobre as unidades autônomas sido entregue aos promitentes compradores.

Diante desses fatos, afirma-se:

- I. A excussão da hipoteca deverá afetar todas as unidades autônomas, que permanecem como garantia do débito, ante o princípio da indivisibilidade da garantia real.
- II. O incorporador tinha o dever jurídico – portanto, cogente - de constituir patrimônio de afetação destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes.
- III. A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel, de modo que estes poderão desconstituir a penhora por meio de embargos de terceiro.
- IV. Somente com expressa anuência do agente financiador poderiam os promitentes compradores excluir suas unidades autônomas do âmbito da hipoteca, exceto se assumissem pessoalmente a parcela da dívida do incorporador, hipótese em que estaria configurada a sub-rogação legal.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II e IV.
- B) Apenas a assertiva III.
- C) Apenas as assertivas I e IV.
- D) Apenas as assertivas II e III.
- E) Apenas a assertiva II.

DIREITO DO CONSUMIDOR

14. Sobre as práticas comerciais, marque a alternativa **CORRETA**:

- A) A publicidade não pode ser considerada enganosa por conter informação de caráter parcialmente falso.
- B) O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação cabe ao consumidor.
- C) O Código de Defesa do Consumidor é omissivo no que concerne à publicidade enganosa; a regulação da publicidade encontra-se em legislação específica.
- D) Os fabricantes e os importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou a importação do produto.
- E) A oferta disciplinada pela Lei 8.078/90 não possui caráter vinculante.

15. No que concerne à responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto, marque a alternativa **CORRETA**:

- A) O produto não pode ser considerado defeituoso por não oferecer, simplesmente, a segurança que dele legitimamente se espera.
- B) O produto é considerado defeituoso pelo fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.
- C) O fabricante do produto defeituoso irá responder pelos danos causados ao consumidor ainda que prove que tenha não colocado o produto no mercado de consumo.
- D) O comerciante é igualmente responsável ao fornecedor pelo fato do produto caso o fabricante não puder ser identificado.
- E) A culpa exclusiva do consumidor não isenta o fornecedor de reparar o dano pelo seu produto.

16. Sobre o conceito de consumidor, marque a alternativa **CORRETA**:

- A) De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as pessoas expostas às práticas comerciais abusivas equiparam-se a consumidores, ainda que indetermináveis.
- B) As pessoas vítimas de produto defeituoso podem ser equiparadas a consumidor, todavia não receberão o tratamento do Código de

- Defesa do Consumidor, que possibilita, entre outras coisas, a inversão do ônus da prova.
- C) O conceito de consumidor, consoante a Lei 8.078/90, engloba exclusivamente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- D) Equipara-se o consumidor a qualquer pessoa que, não sendo destinatário final, tenha adquirido produto com vício de qualidade.
- E) A coletividade de pessoas que intervenha na relação de consumo, não é, para os efeitos da Lei 8.078/90, considerada consumidora.
17. A respeito dos bancos de dados e cadastros dos consumidores, é **CORRETO** afirmar:
- A) Os cadastros e dados de consumidores deverão ser claros e verdadeiros e não poderão conter informações negativas referentes a período superior a 6 (seis) anos.
- B) O consumidor possui o direito de ter acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele; contudo, não pode saber sobre as respectivas fontes.
- C) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.
- D) A abertura do cadastro não deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.
- E) O consumidor que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros não poderá exigir sua imediata correção.
18. Acerca do direito de proteção ao consumidor, assinale a opção **CORRETA**.
- A) Na execução dos contratos de consumo, o juiz pode adotar toda e qualquer medida para que seja obtido o efeito concreto pretendido pelas partes em caso de não cumprimento da oferta ou do contrato pelo fornecedor, salvo quando expressamente constar do contrato cláusula que disponha de maneira diversa.
- B) Segundo o princípio da vinculação da oferta, toda informação ou publicidade sobre preços e condições de produtos ou serviços, como a marca do produto e as condições de pagamento, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.
- C) Nos contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais desproporcionais, abusivas ou ilegais podem ser objeto de revisão, desde que o contrato seja de adesão e cause lesão a direitos individuais ou coletivos.
- D) Em todo contrato de consumo consta, implicitamente, a cláusula de arrependimento, segundo a qual o consumidor pode arrepender-se do negócio e, dentro do prazo de reflexão, independentemente de qualquer justificativa, rescindir unilateralmente o acordo celebrado.
- E) O consumidor não tem direito à garantia legal.
19. Acerca da responsabilidade por vícios e fato do produto e do serviço nas relações de consumo, assinale a opção **CORRETA**.
- A) A reparação por danos materiais decorrentes de vício do produto ou do serviço afasta a possibilidade de reparação por danos morais, ainda que comprovado o fato e demonstrada a ocorrência de efetivo constrangimento à esfera moral do consumidor.
- B) A explosão de loja que comercializa, entre outros produtos, fogos de artifício e pólvora, causando lesão corporal e morte a diversas pessoas que no momento do acidente estavam em frente à loja, acarreta a responsabilidade civil do fornecedor por fato do produto.
- C) Quando forem fornecidos produtos potencialmente perigosos ao consumo, mesmo sem haver dano, incide cumulativamente a responsabilidade pelo fato do produto e a responsabilidade por perdas e danos, além das sanções administrativas e penais.
- D) O fornecedor pode eximir-se da responsabilidade pelos vícios do produto ou do serviço e do dever de indenizar os danos por eles causados se provar que o acidente de consumo ocorreu por caso fortuito ou força maior ou que a colocação do produto no mercado se deu por ato de um representante autônomo seu.
- E) Sempre será objetiva a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais.
20. Em um contrato de consumo é considerada abusiva a cláusula que:
- A) Estabelece a remessa do nome do consumidor inadimplente para bancos de dados ou cadastros de consumidores.
- B) Impossibilite a violação de norma ambiental.
- C) Estabelece a inversão do ônus da prova em desfavor do fornecedor.
- D) Transfere responsabilidades a terceiros.
- E) Não permite ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral.
21. Assinale a afirmativa **CORRETA** quanto aos direitos básicos dos consumidores:
- A) O consumidor tem direito à modificação das cláusulas contratuais abusivas e nulas de pleno direito.
- B) O consumidor tem direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço; contudo, não há qualquer direito a conhecimento a respeito

dos riscos que os produtos ou serviços apresentem.

- C) O consumidor não tem direito à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- D) O consumidor tem direito à facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação e quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- E) O consumidor tem direito à revisão das cláusulas contratuais que se tornaram excessivamente onerosas em razão de fatos supervenientes à contratação.

22. Sobre a proteção à saúde e à segurança do consumidor, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A) Os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou à segurança dos consumidores, exceto os considerados anormais e imprevisíveis em decorrência de sua natureza e fruição, isentando-se, nesses casos, os fornecedores a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito, quando interpelados pela autoridade competente.
- B) O fornecedor de produtos e serviços potencialmente nocivos ou perigosos à saúde ou à segurança deverá informar a respeito da sua nocividade ou periculosidade de maneira a não prejudicar nem os anúncios publicitários nem a imagem do fornecedor.
- C) O fornecedor de produtos e serviços que, posteriormente à sua introdução no mercado de consumo, tiver conhecimento da periculosidade que apresentem, deverá comunicar o fato imediatamente às autoridades competentes e aos consumidores, mediante anúncios publicitários.
- D) O fornecedor poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou à segurança.
- E) Sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou à segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los sobre a referida periculosidade somente depois de transitada em julgado qualquer decisão a respeito.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

23. Tendo em conta a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O beneficiário da multa coercitiva é o autor da demanda, exceto no caso de ações civis públicas, em que o valor deve ser destinado a um fundo público de proteção de direitos difusos.
- B) A multa cominatória pode ser empregada em ação de exibição de documentos para forçar o requerido a apresentar a documentação buscada.
- C) É cabível a aplicação de multa diária contra o réu, para obrigá-lo a apresentar as contas em ação de prestação de contas.
- D) Depois de preclusa a oportunidade para impugnar a decisão que impõe a multa coercitiva, é vedada a revisão de seu valor, salvo por outro grau de jurisdição.
- E) Não é cabível a imposição de multa coercitiva à Fazenda Pública.

24. Qualificam-se como exceções substanciais indiretas:

- A) As alegações de litispendência, coisa julgada e perempção.
- B) As alegações de decadência, prescrição e compromisso arbitral.
- C) As alegações de falta de instrumento público essencial à prova do ato, de renúncia ao direito em que se funda a ação e a de ilegitimidade passiva.
- D) As alegações de pagamento, novação e de contrato não cumprido.
- E) As alegações de incompetência relativa, suspeição e impedimento.

25. A respeito da teoria das invalidades processuais, considere as seguintes assertivas:

- I. A nulidade absoluta é caracterizada pela violação à norma protetiva de interesse público, de caráter cogente.
- II. O princípio da causalidade afirma que a nulidade não pode ser invocada pela parte que lhe deu causa, não sendo aplicável às hipóteses de inexistência processual.
- III. O princípio do prejuízo não se aplica às anulabilidades, com exceção expressa da ressalva ao praticar o ato.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Somente as assertivas I e III.
B) Somente as assertivas II e III.

- C) Somente a assertiva I.
D) Somente as assertivas I e II.
E) Somente a assertiva II.
- 26.** A respeito da competência, pode-se dizer que:
- A) O foro contratual só obriga os herdeiros em se tratando de demandas sobre direitos reais ou se houver expressa anuência destes.
B) A competência territorial do foro da situação da coisa não é relativa se o litígio versar sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova.
C) O juiz não pode de ofício declarar a incompetência relativa, ainda quando reconheça a nulidade de cláusula de eleição de foro em contrato de adesão.
D) Depois de declarar-se incompetente, pode o juiz suscitar conflito positivo de competência, caso aceita a competência pelo juiz a quem remetida a causa.
E) A competência de juízo é relativa, enquanto a de foro pode ser absoluta ou relativa.
- 27.** A propósito das modalidades de intervenção de terceiros, pode-se dizer que:
- A) No rito sumário, a oposição deve sempre preceder a audiência de saneamento.
B) O assistente simples está sujeito à coisa julgada.
C) O assistente simples possui prazo em dobro para recorrer de ato que gere sucumbência apenas a ele.
D) Admite-se o chamamento ao processo no polo ativo da relação processual.
E) Na denunciação da lide fundada em evicção, pode o denunciante provocar a intervenção do alienante imediato ou de qualquer outro sujeito componente da cadeia dominial anterior.
- 28.** Julgando demanda de despejo cumulada com o pagamento dos aluguéis, o juiz:
- A) Não pode acolher apenas o pedido de cobrança de aluguéis, se julgar improcedente o pedido de despejo.
B) Pode condenar o réu ao pagamento dos juros legais de mora referentes aos aluguéis, ainda quando esse pedido não conste na petição inicial.
C) Pode condenar o fiador ao pagamento dos aluguéis, ainda que não tenha figurado como réu na demanda.
D) Poderá declarar nulo o contrato de locação, sem que isso caracterize sentença *extra petita*.
E) Poderá condicionar o despejo ao cumprimento pelo autor de contraprestação por ele devida ao réu.
- 29.** Considere as assertivas abaixo sobre respostas do réu e providências preliminares e assinale a **CORRETA**:
- A) O réu citado por edital tem direito a curador especial.
B) Para a reconvenção dispensa-se o atendimento das condições da ação.
C) O réu que não contesta a demanda, mas ofereceu exceção de impedimento do juízo, não sofre todos os efeitos processuais da revelia, embora possa sujeitar-se aos efeitos materiais.
D) Admite-se ação declaratória incidental, para ver-se declarada a constitucionalidade ou inconstitucionalidade de lei federal.
E) Não pode o réu reconvir sem contestar.
- 30.** Examine as assertivas abaixo sobre recursos e sucedâneos recursais:
- I. É irrecorrível o acórdão do TJMS, que, ao decidir incidente de uniformização de jurisprudência, e baseando-se apenas em norma constitucional, entende por inadmitir o incidente.
II. É cabível a interposição de embargos de declaração de decisão interlocutória.
III. Não é do Supremo Tribunal Federal a competência para examinar ação rescisória se a questão constitucional, apreciada no recurso extraordinário, for diversa daquela que é suscitada no pedido rescisório.
- Está(ão) **CORRETA(S)**:
- A) Somente as assertivas I e II.
B) Somente a assertiva III.
C) Somente as assertivas I e III.
D) Somente as assertivas II e III.
E) Todas as assertivas.
- 31.** Sobre procedimentos especiais, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) É documento hábil para a ação monitória cópia da fatura, de concessionária de energia elétrica, para cobrança dos serviços prestados, sendo desnecessária a assinatura do devedor para o cabimento dessa demanda.
B) É cabível a ação de prestação de contas para exigir de prefeito municipal a exibição de contas referentes ao município.
C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, na ação de depósito, em se tratando de depósito judicial, é cabível a prisão civil do depositário infiel.
D) Na ação de consignação em pagamento, é possível o depósito das prestações periódicas vincendas no mesmo processo, ainda que não digam respeito ao mesmo título obrigacional.
E) Em ação possessória, é admissível a oposição de exceção de domínio.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

32. Sobre o direito da criança e do adolescente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O Direito do Menor tem a FEBEM - Fundação Estadual de Bem Estar do Menor - como a instituição mais importante para encaminhamento prioritário do adolescente em conflito com a lei.
- B) O encaminhamento de crianças em situação de risco dar-se-á preferencialmente a orfanatos e internatos visando ao apoio institucional dos menores, até completarem a maioridade civil.
- C) No Direito Brasileiro, a adoção *intuitu personae* faz parte da regra de colocação em família substituta.
- D) O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90) instituiu, entre outros princípios, o da Proteção Integral à infância e à juventude.
- E) A Doutrina da Situação Irregular é uma das principais linhas norteadoras do atual direito da infância e juventude.

33. Sobre o direito à convivência familiar, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O pátrio poder poderá ser renunciado por meio de documento escrito e assinado pelo genitor renunciante.
- B) A Lei 12010/2009 instituiu importantes modificações a respeito da colocação de crianças e adolescentes em família substituta.
- C) A guarda implica necessariamente a destituição do poder familiar.
- D) A adoção post mortem não é admitida pelo direito brasileiro.
- E) Embora o acolhimento institucional seja admitido pelo direito pátrio, a alternativa de acolhimento familiar de crianças em situação de risco não foi contemplada pela legislação.

34. A prioridade absoluta a crianças e adolescentes e o respeito ao segmento como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento são princípios norteadores do atual direito da infância e juventude.

Em relação a esse tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O princípio do Melhor Interesse da Criança foi instituído para garantir sua guarda e responsabilidade ao genitor com melhores condições econômicas de prover-lhe o sustento.
- B) O princípio da “brevidade”, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, diz respeito à necessidade de celeridade do processo de adoção.
- C) O Código de Menores, lei anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, foi a primeira lei brasileira a garantir algum tipo de proteção

especial a todas as crianças e adolescentes, reconhecendo-lhes a condição de hipossuficiência.

- D) À criança ou ao adolescente em situação de risco são aplicadas as chamadas medidas socioeducativas, previstas no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- E) A Prioridade Absoluta a crianças e adolescentes e o respeito ao segmento, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, são princípios norteadores do atual direito da infância e juventude.

35. Sobre a criança e o adolescente em situação de risco, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O chamado “trabalho educativo” é a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- B) O Ensino Médio é de frequência obrigatória a todos os adolescentes, podendo os pais ou responsável ser processado por abandono intelectual no caso de deixar de matricular o filho ou pupilo em instituição de ensino.
- C) O Ensino Profissionalizante poderá ser substitutivo ao Ensino Fundamental ou Médio.
- D) Ao adolescente trabalhador somente será permitido o trabalho insalubre a partir dos 16 anos.
- E) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar

36. Sobre o acesso das crianças e adolescentes à saúde e o direito à convivência familiar, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Além da assistência pré-natal compete ao poder público proporcionar à gestante assistência psicológica antes e depois do parto a fim de prevenir e minorar as consequências do estado puerperal.
- B) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão imediatamente encaminhadas ao Conselho Tutelar do município.
- C) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 4 (quatro) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- D) Entende-se por família eudemonista aquela que se estende para além da unidade pais e filhos, ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive.
- E) A guarda assumida por um dos genitores dispensará a assinatura de termo de compromisso, dado se presumem por lei deveres inerentes ao instituto.

37. Sobre o trânsito de crianças e adolescentes e os crimes e infrações administrativas praticadas contra esse segmento, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Para que a criança possa viajar ao exterior, acompanhada de estrangeiro residente no exterior, será necessária a autorização escrita de pelo menos um dos genitores.
- B) Considera-se infração administrativa prevista no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
- C) A autorização da criança para viajar, emitida pelos pais ou responsável, não será exigida quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação.
- D) Considera-se crime previsto no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): a divulgação total ou parcial, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, do nome do adolescente a quem se atribua prática de ato infracional.
- E) A classificação indicativa de faixa etária em programas de televisão é vedada em nosso ordenamento jurídico, por se tratar de forma de censura.

38. Sobre a Política Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.
- B) O Conselho Tutelar é requisito de serviços públicos na área da criança e do adolescente e pertence à estrutura do Poder Judiciário Estadual.
- C) Compete ao Poder Judiciário a realização do processo de eleição dos Conselheiros Tutelares.
- D) É uma das atribuições do Conselho Tutelar a colocação de crianças e adolescentes em família substituta.
- E) O Fundo Municipal dos Direitos da Infância e Juventude não tem como fonte de arrecadação os chamados incentivos fiscais.

39. A respeito do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de Ensino Fundamental é uma das medidas sócio-educativas previstas no ECA - Lei 8069/1990 -, específica para o adolescente a quem se atribui a prática do ato infracional.
- B) A remissão importa do perdão do ato infracional praticado por criança ou adolescente e não poderá admitir aplicação de medida socioeducativa.

- C) O dirigente da entidade de atendimento a crianças, que esteja sob investigação, será citado para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.
- D) Constitui infração administrativa deixar a autoridade competente, sem justa causa, de ordenar a imediata liberação de criança ou adolescente, tão logo tenha conhecimento da ilegalidade da apreensão.
- E) A inclusão em programa de acolhimento institucional é uma das medidas de proteção previstas no ECA - Lei 8069/1990.

40. A respeito do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A colocação em família substituta estrangeira é medida excepcional e somente será admitida nas formas de guarda ou adoção.
- B) Para crianças que praticarem ato infracional será aplicado somente advertência, que consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada pela criança e seu representante legal.
- C) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a 3 (três) anos, junto a entidades assistenciais.
- D) O Conselho Tutelar é um programa de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco.
- E) A garantia da prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente compreende preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

BLOCO 2

DIREITO PENAL

41. Acerca das teorias funcionalistas do direito penal, marque a alternativa **CORRETA**:

- A) O funcionalismo monista ou de política criminal, que tem em Claus Roxin seu maior defensor, concebe a reafirmação da valoração da norma penal, por meio da aplicação de um direito penal máximo.
- B) O funcionalismo monista está ligado diretamente à teoria do direito penal do inimigo.
- C) O funcionalismo dualista ou radical, que tem em Claus Roxin seu maior defensor, concebe a proteção às garantias individuais do cidadão.
- D) As teorias funcionais do direito penal têm como função a substituição e a exclusão da teoria finalista da ação.
- E) Claus Roxin, idealizador da teoria da imputabilidade objetiva na década de 1960, defende um funcionalismo de política criminal ou dualista, em que o direito deve estar

estruturado teleologicamente e com função primordial de proteção dos bens jurídicos da sociedade moderna.

42. Marque a alternativa **CORRETA** sobre as teorias das velocidades do direito penal:

- A) A teoria da primeira velocidade do direito penal é ligada à ideia do direito penal do inimigo, ou seja, tem como proposição a aplicação de um direito penal máximo, com penas privativas de liberdades e de caráter perpétuo.
- B) A teoria da segunda velocidade do direito penal é ligada à ideia do direito penal do inimigo, ou seja, tem como proposição a aplicação de um direito penal máximo, com penas privativas de liberdades e de caráter perpétuo.
- C) A teoria da terceira velocidade do direito penal tem como fundamento a aplicação de penas alternativas ou de multa, ou seja, está ligada à ideia de um direito penal de mínima intervenção.
- D) A teoria da quarta velocidade do direito penal está ligada à ideia do neopunitivismo.
- E) A terceira velocidade do direito penal, idealizada por Jesus María Silva Sánchez, está ligada à ideia do Tribunal Penal Internacional, ou seja, à proposição de um direito penal para julgar crimes de guerra, de agressão, genocídio e de lesa humanidade.

43. Analise os itens (casos hipotéticos) abaixo. Em seguida, marque a alternativa **CORRETA**:

- I. “A sociedade, por melhor organizada que seja, nunca terá possibilidade de brindar a todos os homens com as mesmas oportunidades. Em consequência disso, há sujeitos que têm um menor âmbito de autodeterminação, condicionado, desta maneira, por causas sociais. Não seria possível atribuir essas causas sociais ao sujeito e sobrecarregá-lo por ocasião da aplicação da pena”.
- II. “Um motorista de táxi conduz um passageiro até o seu destino. Durante o trajeto o passageiro fala ao telefone celular com uma terceira pessoa e diz estar indo de táxi até o local determinado para matar a esposa. O taxista ouve a conversa e, mesmo assim, leva o passageiro até o local. Posteriormente, o taxista tomou conhecimento pelos jornais de que o tal passageiro de fato matara a esposa.”
- III. “Um oficial de justiça cumpre mandado judicial de apreensão de bem móvel de terceiro inadimplente.”
- IV. “Um médico realiza cirurgia terapêutica em paciente com o consentimento desse paciente.”

A) O item “I” refere-se ao conceito de culpabilidade e o item II é exemplo do princípio da proibição do regresso, que, segundo os seus fundamentos, afastará a responsabilidade do taxista por seu ato.

B) O item “I” refere-se ao conceito de antijuridicidade material, enquanto que o item “II” constitui um exemplo de condutas neutras em direito penal.

C) O item “III”, para a doutrina clássica em direito penal, constitui um exemplo de estrito cumprimento de um dever legal, já o item IV, para a doutrina moderna em direito penal, é exemplo de exercício regular de um direito que exclui a ilicitude através da ausência de antinormatividade conglobante na conduta do médico.

D) Tanto o item “III” como o item “IV”, segundo a doutrina moderna em direito penal, são exemplos de condutas atípicas pela ausência de antinormatividade, já que são situações em que há uma ordem ou um fomento do Estado. O item “I” refere-se ao conceito de antijuridicidade formal.

E) Tanto o item “III” como o item “IV”, segundo entendimento da doutrina moderna em direito penal, são exemplos de ausência de tipicidade conglobante. O item II, por sua vez, é exemplo do princípio da competência ou da capacidade, que, segundo Gunther Jakobs, afasta a imputação objetiva do resultado típico.

44. Analise as situações abaixo sobre a teoria do erro. Em seguida, marque a alternativa **CORRETA**:

I. Kelston, empresário do ramo de produtos odontológicos, conhece uma garota em uma festa. A garota exibia uma compleição física avantajada e disse ter 18 anos de idade, além disso mostrou-se muito desinibida sexualmente, o que levou Kelston a acreditar na idade da menina. Nesta mesma noite, resolveram ir a um local reservado, de pleno consentimento, onde praticaram atos libidinosos diversos da conjunção carnal, quando foram detidos por policiais que, ao solicitarem a identidade da garota, verificaram que ela tinha 13 anos de idade. Kelston foi preso por estupro de vulnerável, situação que o assustou, já que havia acreditado verdadeiramente que a garota tinha 18 anos de idade.

II. As discriminantes putativas, seja as que incidam sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, seja as que recaiam sobre os limites autorizadores de uma excludente de ilicitude, são tratadas como erro de proibição.

III. Quando o erro do agente recai sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação é erro de tipo, ao passo que, se incidir sobre os limites autorizadores, há erro de proibição.

IV. Jango, policial federal, ao tentar prender traficante de drogas, é recebido a tiros. Jango reage à injusta agressão do traficante; entretanto, um dos disparos de Jango atinge Flor, criança de 2 anos de idade que estava

brincando no quintal da casa dela, próximo ao local onde ocorreu a troca de tiros.

V. Aparício, sujeito movido por ódio a Jandira, proprietária de uma loja de roupas, ao saber que a moça se encontrava em frente do estabelecimento comercial, vai até o local de carro. Ao ver Jandira, com dolo de lesão corporal, Aparício arremessa contra ela um objeto cortante; entretanto, ele erra o alvo (Jandira), mas acaba acertando a vitrine da loja por inobservar dever de cuidado objetivo, provocando danos de grande monta.

- A) A situação “V” constitui erro diverso do pretendido ou *aberratio criminis*, já que Aparício deseja um crime (lesão corporal), mas acabou resultando em outro crime (dano). Na situação “I” Kelston incorre em erro de tipo incriminador e, independentemente de ser vencível ou invencível, não será responsabilizado pelo ato.
- B) A situação “IV” é exemplo de *aberratio ictus*, ou erro na execução em legítima defesa, e, neste caso, Jango se encontra amparado pela excludente de ilicitude em relação à morte de Flor. A situação “I” é exemplo de erro de tipo incriminador e, no caso do Magistrado entender ser invencível, será excluído o dolo e a culpa de Kelston; entretanto, se entender ser o caso de erro vencível, Kelston será punido pelo delito sexual na sua forma culposa.
- C) A situação “II” é atribuída ao entendimento da teoria extremada da culpabilidade. A situação “III” é atribuída ao entendimento da teoria limitada da culpabilidade. A situação “I” constitui exemplo de erro de tipo incriminador e, independentemente de ser vencível ou invencível, Kelston não será responsabilizado pelo ato.
- D) A situação “V” é exemplo de erro na execução ou *aberratio ictus*, já que Aparício errou na execução de sua conduta, ou seja, desejava lesão corporal, mas acabou praticando crime de dano. A situação “I” é exemplo de erro de proibição, já que Kelston desconhecia a idade da garota com quem manteve atos libidinosos.
- E) A situação “III” é atribuída ao entendimento da teoria extremada da culpabilidade; a situação “I” constitui erro de tipo incriminador e, independentemente de ser vencível ou invencível, Kelston não será responsabilizado pelo ato. A situação “V” não é caso de erro diverso do pretendido e, na situação “IV”, o entendimento majoritário da doutrina inclina-se pela punição de Jango por homicídio culposo de Flor.

45. Considere os artigos abaixo. Em seguida, marque a alternativa **CORRETA**:

Artigo 1º da Lei 2.889/1956:

“Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal”:

a) matar membros do grupo;

Será punido:

Com as penas do art. 121, § 2º, do Código Penal, no caso da letra “a”;

Artigo 309 do Código Eleitoral:

“Votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem”:

Pena - reclusão de até três anos.

- A) Norma penal em branco heterogênea homovitelinina é aquela em que o complemento do preceito primário da norma advém da mesma fonte formal de produção.
- B) Norma penal em branco heterogênea heterovitelinina é aquela em que o complemento do preceito primário da norma advém de diversa fonte formal de produção.
- C) Assim dispunha o artigo 214 do Código Penal Brasileiro: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça a praticar ou a permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal”. Considerando que tal dispositivo foi inteiramente revogado pela Lei 12.015/2009 é correto afirmar que, nesse caso, específico operou-se *Abolitio Criminis*.
- D) O art. 1º da Lei 2.889/1956 é exemplo de norma penal em branco ao avesso ou invertida. O artigo 309 do Código Eleitoral é, por sua vez, exemplo de crime de atentado ou de empreendimento.
- E) Compete ao Supremo Tribunal Federal a concessão de exequatur às cartas rogatórias.

46. Imagine a seguinte situação hipotética:

Adyone, dona de casa, é casada com Adyr, com quem tem dois filhos. Após anos de casamento, o casal resolve morar em casas separadas; entretanto, deixaram no esquecimento as providências para o rompimento do vínculo matrimonial. Passados 10 meses, Adyone acaba sendo a única sorteada na loteria federal, ganhando o equivalente a R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). Adyone aplica metade do dinheiro em instituição financeira de sua confiança e a outra metade compra dólares e guarda em sua residência. Adyr, sabendo que Adyone foi a única sorteada na loteria, desloca-se até a residência da mãe de seus filhos e, mediante o uso de uma chave falsa, por volta das 2 horas da madrugada, consegue abrir a porta e adentra no local. Munido de um pé de cabra, Adyr arromba o cofre e subtrai Us\$ 100.000,00 (cem mil dólares) evadindo-se do local. Adyone, já que tem sono pesado, nada ouviu e toma conhecimento dos fatos somente no dia seguinte. Nesta situação, levando-se em conta apenas os dados do problema, marque a alternativa **CORRETA**:

- A) Adyr é isento de pena pela subtração dos valores por se tratar de escusa absolutória.
- B) Adyr praticou crime de furto qualificado pelo uso de chave falsa e por rompimento de

obstáculo e, neste caso, deverá ser punido pelo crime, podendo o Juiz utilizar uma das qualificadoras do furto na terceira fase da aplicação da pena como agravante genérica.

- C) Adyr praticou crime de furto qualificado pelo uso de chave falsa e por rompimento de obstáculo e, neste caso, deverá ser punido pelo crime, podendo o Juiz utilizar uma das qualificadoras do furto na segunda fase da aplicação da pena como agravante genérica.
- D) Adyr praticou crime de furto qualificado pelo uso de chave falsa e por rompimento de obstáculo e, neste caso, deverá ser punido pelo crime, podendo o Juiz utilizar uma das qualificadoras na segunda fase da aplicação da pena como agravante genérica e ainda aplicar o aumento da pena pela majorante do repouso noturno.
- E) Adyr, por se encontrar separado de fato de sua esposa Adyone, não será isento de pena pela subtração dos valores.

47. Imagine o seguinte caso hipotético:

Carlos H.C.B., sujeito de 42 anos, divorciado, foi encontrado por Policiais Federais na posse de diversos desenhos manuscritos de cenas de crianças e adolescentes em sexo explícito. Neste caso, a conduta de Carlos H.C.B. é:

- I. Crime previsto no artigo 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assim dispõe: “Adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente.”.
- II. Crime de corrupção virtual de menores.
- III. Crime de lenocínio qualificado.
- IV. Conduta Atípica.

Marque a alternativa **CORRETA**:

- A) Apenas as opções I e II são falsas.
- B) Apenas a opção I é falsa.
- C) Apenas a opção III é falsa.
- D) Apenas as opções I, III e IV são falsas.
- E) Todas as opções são falsas.

48. Imagine os seguintes casos hipotéticos:

- I. José R.N., com dolo, induz Jaciara, criança de 11 anos, a satisfazer a lascívia sexual de Sérgio S.S.
- II. Fábio L.Q.T., com dolo, induz Neliana, adolescente de 17 anos, a satisfazer a lascívia sexual de outrem.
- III. James B. D., com dolo, induz Camila, de 38 anos, a satisfazer a lascívia sexual de outrem.

Levando-se em conta apenas as disposições do Código Penal Brasileiro, marque a alternativa **CORRETA**:

- A) Tanto Fábio L.Q.T. como James B.D. cometeram condutas formalmente atípicas do ponto de vista penal.
- B) Somente James B.D. cometeu conduta formalmente atípica do ponto de vista penal.
- C) No caso de Sérgio S.S. praticar conjunção carnal com Jaciara, ele responderá pelo crime de estupro de vulnerável e José R. N. será responsabilizado como coautor do crime praticado por Sérgio S.S.
- D) José R.N. praticou crime de corrupção de menores e Fábio L.Q.T. praticou crime de mediação para servir à lascívia de outrem na sua forma qualificada.
- E) José R.N. cometeu crime de corrupção de menores, e Fábio L.Q.T. cometeu conduta formalmente atípica.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

49. Analise as proposições acerca das imunidades processuais penais.

- I. As imunidades processuais penais ferem o princípio constitucional da isonomia material, pois implicam em privilégio pessoal àqueles que delas se beneficiam.
- II. Os membros do pessoal administrativo e técnico de uma missão diplomática, assim como os membros de suas famílias que com eles vivam, desde que não sejam nacionais do estado acreditado nem nele tenham residência permanente, gozarão das mesmas imunidades processuais penais que os diplomatas.
- III. Os funcionários consulares não poderão ser detidos ou presos preventivamente, exceto em caso de crime grave e em decorrência de decisão da autoridade judiciária competente.
- IV. Não é possível a prisão em flagrante de um Deputado Federal pela prática de conduta compatível com o tráfico ilícito de entorpecentes.
- V. Para início de ação penal em desfavor de um parlamentar federal não é necessária autorização da respectiva Casa Legislativa.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições II, IV e V.
- B) Apenas as proposições II, III e V.
- C) Apenas as proposições I, II e III.
- D) Apenas as proposições I, III e IV.
- E) Apenas as proposições I e V.

50. Analise as proposições seguintes acerca da aplicação da lei processual penal brasileira no tempo e no espaço.

- I. Considere que um determinado ilícito penal fora praticado a bordo de uma aeronave privada a serviço do Governo Uruguaio que se encontrava em pouso no Aeroporto Internacional de Guarulhos. Neste caso, é correto afirmar que a lei processual penal brasileira será aplicada, haja vista tratar-se de delito praticado em solo nacional.
- II. Considere que um determinado ilícito penal fora praticado a bordo de uma embarcação mercantil brasileira fundeada no porto de Fort Lauderdale/FL, nos Estados Unidos. Mesmo sendo o autor do delito e a vítima de nacionalidade brasileira, não será aplicada a lei processual penal do Brasil por se considerar, no particular, que o delito fora cometido em solo estrangeiro.
- III. Em 10.02.2011, o acusado fora citado para apresentar resposta à acusação no prazo máximo de 10 (dez) dias. Em 12.02.2011, lei nova entrou em vigor reduzindo o prazo de defesa para 03 (três) dias. Nesse contexto hipotético, considerando que a aplicação da lei processual penal no tempo obedece ao princípio do *tempus regit actum*, seria correto afirmar que o réu teria apenas mais um dia para apresentar a sua defesa.
- IV. Em 23.09.2010, o acusado praticou um delito que, *in abstracto*, lhe permitiria, caso fosse condenado, cumprir pena em regime semiaberto. Em 17.12.2011, lei nova impôs um regime mais severo, determinando que, para o tal delito, o regime de cumprimento de pena deveria ser inicialmente o fechado. No dia 04.02.2012, ao prolatar a sentença condenatória em desfavor do réu, o juiz criminal evocou a ultratividade da lei processual penal mais benéfica para determinar o regime semiaberto como o inicial para cumprimento da pena imposta ao acusado. De acordo com o magistrado, a lei processual penal em vigor na data em que foi praticada a conduta criminosa deve ser aplicada, mesmo tendo sido revogada pela lei posterior, haja vista tratar-se de um lei processual penal material mais benéfica.
- V. As sedes diplomáticas e consulares são consideradas território estrangeiro e, por esse motivo, não se aplicam as leis processuais penais brasileiras aos delitos perpetrados no interior de suas dependências.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições II e IV.
- B) Apenas as proposições I, II e III.
- C) Apenas as proposições III e IV.
- D) Apenas as proposições II e V.
- E) Apenas as proposições I, III e V.

51. Analise as proposições acerca da competência criminal.

- I. Um membro do Tribunal de Contas do Distrito Federal e um representante do *parquet*

- estadual, em coautoria, praticaram o delito tipificado no artigo 317 do Código Penal (corrupção passiva). Em face da continência por cumulação subjetiva, ambos serão julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.
- II. Haverá determinação da competência em face da conexão probatória quando, a fim de facilitar a prática de um determinado delito, o agente pratica outro ilícito penal.
- III. Nos delitos plurilocais qualificados pelo resultado, a competência para julgamento do crime consumado será firmada, como regra, pelo local onde fora praticada a ação ou omissão penalmente relevante (teoria da atividade), haja vista que em tal *locus* será mais fácil e célere a coleta de provas e, por conseguinte, mais eficiente a instrução do processo.
- IV. O critério para fixação da competência pelo domicílio ou residência do réu é supletivo, subsidiário, somente podendo ser adotado, tanto nas ações penais públicas, quanto nas ações penais privadas, quando for desconhecido o lugar onde a infração for cometida.
- V. Havendo a desclassificação, na fase de plenário do rito do Tribunal do Júri, do delito de homicídio doloso para outro de competência de juiz singular, haverá prorrogação de competência do Presidente do Tribunal do Júri, ao qual caberá o julgamento do processo, mesmo se se tratar de infração de menor potencial ofensivo.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições I, II e V.
- B) Apenas as proposições I e V.
- C) Apenas as proposições II, V e IV.
- D) Apenas as proposições III e IV.
- E) Apenas as proposições I, III e IV.

52. Analise as proposições acerca dos princípios constitucionais que regem o processo penal.

- I. A imposição de o réu se recolher ao ergástulo ou nele permanecer para poder apelar não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência se - e somente se - os argumentos sobre os quais se fundam o decreto de prisão forem de natureza cautelar.
- II. Prevê o artigo 198 do Código de Processo Penal que “o silêncio do acusado não importará confissão, mas poderá constituir elemento para a formação do convencimento do juiz”. Com base no princípio do *nemo tenetur se detegere* e dos direitos constitucionais que dele decorrem, é correto afirmar que o dispositivo transcrito estaria em desacordo com os ditames do processo penal democrático delineado pela Constituição de 1988.
- III. No âmbito da ampla defesa, distingue-se a defesa técnica da autodefesa. A primeira, irrenunciável, é exercida pelo defensor do réu,

detentor do *ius postulandi* amplo. A segunda, renunciável, é exercida pelo próprio réu e compõe-se, em síntese, do direito de audiência e do direito de presença. No processo penal a falta de defesa constitui, em regra, nulidade insanável, porém esta somente será reconhecida se resultar em comprovado prejuízo ao réu.

- IV. A iniciativa positiva do juiz no sentido de determinar a complementação de provas no curso do processo penal fere os princípios do acusatório, da imparcialidade do órgão jurisdicional e do *ne procedat iudex ex officio*, devendo, portanto, ser evitada, restringindo-se o magistrado à análise das provas produzidas pelos sujeitos processuais e coligidas aos autos.
- V. O princípio da publicidade, que norteia o processo penal, é um poderoso instrumento de fiscalização popular dos órgãos encarregados da *persecutio criminis* processual, conferindo transparência à atividade jurisdicional e, assim, visando à minimização de eventuais excessos e arbitrariedades. Sob esse prisma, não se admite a restrição do princípio da publicidade no contexto da ação penal, sob pena de inclinar-se o processo à inquisitorialidade desprestigiada pela ordem constitucional.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições I, II e IV.
B) Apenas as proposições I, II e III.
C) Apenas as proposições II, III e V.
D) Apenas as proposições II, III e IV.
E) Apenas as proposições I, II e V.

53. Analise as proposições acerca dos sujeitos processuais penais.

- I. Regra prevista no Código de Processo Penal preconiza que o impedimento ou suspeção do juiz criminal, decorrente de parentesco por afinidade, cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes. Sendo assim, poderá o magistrado exercer a função jurisdicional em processo-crime que figure como ré sua ex-esposa, desde que estejam divorciados e sem filhos decorrentes do relacionamento conjugal formal e legalmente rompido. Respeitando-se tais circunstâncias, poderão ainda exercer suas funções jurisdicionais o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou o enteado de quem for sujeito processual essencial no processo.
- II. São prerrogativas dos Procuradores da República não serem indiciados em inquérito policial, serem ouvidos, como testemunhas, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente, e receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que oficiar.

III. Segundo orientação do STJ, o órgão ministerial que atuou ativamente na fase investigatória, tendo realizado atos de investigação e requisitado diligências à polícia, não poderá promover a ação penal, vez que sua participação na fase pré-processual inquisitiva acarreta seu impedimento ou suspeção para o oferecimento da denúncia.

IV. Não têm capacidade ou legitimidade para figurar como réu em uma ação penal as pessoas falecidas, os menores de 18 anos e pessoas portadoras de gravíssima doença mental à época da prática criminosa.

V. Na hipótese de o acusado não comparecer aos atos do processo representado por um advogado, ser-lhe-á nomeado defensor pelo juiz. A nomeação judicial de um defensor dativo para o réu é considerada um *munus publicum* intransferível e, salvo motivo relevante, não poderá ser recusada pelo advogado nomeado, sob pena de multa e possibilidade de responder a procedimento administrativo disciplinar perante a OAB.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições I e II.
B) Apenas as proposições I, III e V.
C) Apenas as proposições II e V.
D) Apenas as proposições I, II e IV.
E) Apenas as proposições III e IV.

54. Analise as proposições acerca do novo regime jurídico da prisão processual.

I. Irdônio, dono de um estabelecimento comercial, foi preso em flagrante por ter impedido o acesso à sua loja e ter se negado a atender a uma cliente afrodescendente, conduta essa tipificada no artigo 5º da Lei n. 7.716/89 e com pena cominada de reclusão de um a três anos. Diante dos fatos, seria cabível à autoridade policial arbitrar fiança à Irdônio, haja vista tratar-se de ilícito criminal cuja pena privativa de liberdade é inferior a quatro anos.

II. Não havendo hipótese para relaxamento da prisão em flagrante e não sendo o caso de arbitramento de fiança, seja pela autoridade policial, seja pelo juiz, impõe-se a manutenção do custodiado no cárcere até que seu defensor requeira a liberdade provisória de seu cliente.

III. Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado: I - regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo; II - deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo; III - descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança; IV - resistir injustificadamente à ordem judicial; V - praticar nova infração penal dolosa. Quebrada a fiança, deverá o acusado, por força de lei, recolher-se ao cárcere, onde permanecerá até

o julgamento do processo, em virtude de sua deliberada desobediência às regras impostas quando da aplicação da medida cautelar alternativa à sua prisão.

- IV. Em hipótese alguma poderá o juiz decretar a prisão preventiva do agente se verificar, a partir das provas coligidas aos autos, que o fato foi praticado sob o amparo de uma excludente de ilicitude.
- V. Mesmo sendo o agente maior de 80 (oitenta) anos, extremamente debilitado por motivo de doença grave ou gestante em gravidez de alto risco, o juiz não está legalmente obrigado a substituir eventual prisão preventiva decretada por prisão domiciliar.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições II, IV e V.
B) Apenas as proposições I, II e IV.
C) Apenas as proposições I, III e V.
D) Apenas as proposições I, II e III.
E) Apenas as proposições IV e V.

55. Analise as proposições acerca do inquérito policial.

- I. A *notitia criminis* inqualificada, de *per se*, é considerada pelos tribunais superiores como fundamento insuficiente capaz de ensejar a instauração de inquérito policial.
- II. Existe dependência formal entre o inquérito policial e a ação penal com base nele ajuizada. Por essa razão, eventual mácula identificada no bojo das investigações criminais contaminará a ação penal superveniente.
- III. O inquérito policial pode ser considerado uma importante garantia do Estado Democrático de Direito, na medida em que, ao promover diligências na tentativa da colheita preliminar de provas concretas da materialidade de um delito e de indícios robustos de sua autoria, pode emprestar à ação penal a justa causa necessária ao seu ajuizamento ao mesmo passo em que pode impedir o processamento criminal de inocentes, preservando-os de acusações judiciais infundadas e temerárias.
- IV. A instauração de inquérito policial é uma das causas interruptivas da prescrição penal.
- V. Em regra, nos delitos que ensejam ação penal pública condicionada à representação, o inquérito policial somente deverá ser instaurado se houver representação do ofendido ou de seu representante legal. Segundo orientação do STJ, a representação em comento não exige formalidade específica, bastando que expresse a vontade do legitimado na apuração do fato criminoso.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições I, III e V.
B) Apenas as proposições I e IV.
C) Apenas as proposições I, II e V.
D) Apenas as proposições II, III e IV.
E) Apenas as proposições III, IV e V.

56. Analise as proposições acerca da ação penal.

- I. Estão legitimados a ajuizar a ação penal privada o ofendido, seu representante legal e, na hipótese do artigo 31 do Código de Processo Penal, o cônjuge, ascendente, descendente e irmão. Em regra, o prazo decadencial para o exercício do direito de queixa é de 06 (seis) meses contados da data em que se consumou a infração penal.
- II. Não se admite, como regra, a denúncia alternativa ou queixa-crime alternativa sob o argumento de que dificulta a ampla defesa do réu. Contudo, a jurisprudência do STJ aponta exceções no sentido de sua admissibilidade quando eventual dúvida quanto à conduta ilícita praticada for satisfatoriamente suprida pela descrição circunstanciada dos fatos ou quando houver imputação de crime de ação múltipla.
- III. É cabível o perdão na ação penal privada desde que manifesto, expressa ou tacitamente, depois do recebimento da queixa-crime e antes do trânsito em julgado da sentença. Trata-se de ato bilateral que, concedido apenas a um querelado, a todos alcança, dependendo de aceitação para se efetivar. Por imposição legal, o silêncio do querelado é interpretado como aceitação tácita do perdão e só pode ser aceito por procurador com poderes especiais.
- IV. Para a maioria da doutrina é aceitável a retratação da retratação, nas hipóteses de processamento e julgamento por meio de ação penal pública condicionada à representação, desde que realizada dentro do prazo decadencial, antes do oferecimento da denúncia e não configurar má-fé do ofendido.
- V. São princípios que regem as ações penais públicas a obrigatoriedade, a indisponibilidade, a oficialidade e a indivisibilidade.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as proposições I, II e III.
B) Apenas as proposições II, III e V.
C) Apenas as proposições I, III e IV.
D) Apenas as proposições III, IV e V.
E) Apenas as proposições II, III e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

57. Sobre o controle de constitucionalidade de leis e atos normativos, afirma-se:

- I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental apresenta um caráter preventivo e um caráter repressivo, pois serve para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, desde que causada por ato do Poder Público. Essa característica faz com que seu objeto seja mais amplo que o da ação direta de

inconstitucionalidade. Eis que a inconstitucionalidade discutida nesta ação somente pode advir de lei ou ato normativo.

- II. O Supremo Tribunal Federal tem admitido o efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade; afinal, há que se reconhecer que se a norma é inconstitucional, não teve eficácia e, por isso, não revogou lei. Assim, a lei que se acreditava revogada, não estava e volta a ter vigência.
- III. Se, no controle abstrato estadual, o parâmetro é uma norma da Constituição Estadual de reprodução obrigatória da Constituição Federal, o julgamento abrirá a possibilidade de interposição de recurso extraordinário para o Supremo Tribunal, dando-lhe a chance de se manifestar sobre a constitucionalidade da lei perante a Constituição Federal.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmações I e III.
B) Apenas as afirmações II e III.
C) Apenas as afirmações I e II.
D) Apenas as afirmações I, II e III.
E) Apenas a afirmação II.

58. Sobre o tema direitos e garantias constitucionais, assinale a **CORRETA**:

- A) O brasileiro naturalizado pode ser extraditado se praticou crime comum antes da naturalização ou se, a qualquer tempo, pratique tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. O estrangeiro, por sua vez, poderá ser extraditado sempre, inclusive por crime político.
- B) No Brasil, os direitos políticos podem ser exercidos por meio do sufrágio que será, sempre, para eleições dos chefes do Executivo, exercido de forma direta.
- C) Os tratados que versem sobre direitos humanos e que forem aprovados, em nosso poder legislativo, pelo mesmo rito previsto para emendas constitucionais, terão *status* de norma constitucional.
- D) Reconhecendo ser direito fundamental das pessoas o direito à certidão de nascimento, a Constituição Federal garantiu a gratuidade do registro civil do nascimento a todos os brasileiros, não podendo ser oposta qualquer restrição a esse direito pelos Cartórios.
- E) A Constituição Federal foi bastante abrangente em seu rol de direitos fundamentais. Entre os direitos garantidos está o sigilo das comunicações telegráficas, telefônicas e de correspondência. Entre estes, somente o último é absoluto.

59. Leia as alternativas abaixo e assinale a única **CORRETA**:

- A) A súmula vinculante foi criada pela emenda constitucional nº 45 e permite que o Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação, mediante decisão da maioria de seus

membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, defina como a matéria deve ser tratada por todos os demais órgãos do Poder Judiciário e pela administração pública direta na esfera federal.

- B) Os membros do Congresso Nacional podem ser presos em flagrante de crime inafiançável e os autos devem ser remetidos em vinte e quatro horas à sua Casa para que a maioria resolva sobre a prisão.
- C) As medidas provisórias têm eficácia pelo prazo de sessenta dias que podem ser prorrogados, uma única vez, por igual prazo. Dentro deste prazo, se não apreciadas em quarenta e cinco dias na primeira Casa, entram em regime de urgência. Sendo remetidas à segunda Casa e, após a contagem do mesmo prazo de quarenta e cinco dias, se ainda não apreciadas, novamente entrarão em regime de urgência. Ao final, se aprovadas, com alteração de mérito ou não, serão promulgadas pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o Presidente do Senado.
- D) A Advocacia Geral da União é órgão incluído entre as funções essenciais da justiça, criado pela Constituição de 1988 para corrigir distorções existentes pelas competências dantes atribuídas ao Ministério Público. Os advogados da União têm competência para atividades de assessoria e consultoria jurídica e de representação judicial e extrajudicial da União, englobando seus diversos órgãos, em quaisquer dos Poderes.
- E) O Conselho Nacional de Justiça tem como atribuições o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, mas não pode receber e conhecer reclamações contra as serventias auxiliares do Poder Judiciário, exceto se for para exercer competência disciplinar.

60. Leia as alternativas abaixo e assinale a única **CORRETA**:

- A) O Estado pode interferir na ordem econômica de modo direto, quando ele próprio atua na economia, seja em regime de monopólio, seja em regime de participação com empresas do setor privado; ou de modo indireto, cuidando para que se observe o princípio da livre concorrência e para que se evitem abusos do poder econômico.
- B) Em relação à existência de monopólio constitucional para entrega de correspondências, o Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de se manifestar e definir que é constitucional o monopólio dos Correios para correspondências pessoais, entrega de encomendas e impressos.
- C) No Brasil, o regime constitucional permite, tão somente, a responsabilização da pessoa jurídica pelos atos praticados contra a ordem

econômica e financeira e contra a economia popular.

- D) A desapropriação de imóvel urbano é feita mediante prévia e justa indenização; todavia, há possibilidade de o Poder Público municipal impor desapropriação, denominada de desapropriação-sanção, quando o imóvel urbano não cumpre sua função social, e, neste caso, não haverá pagamento por conta do caráter sancionatório da medida.
- E) Cabe ao Banco Central a emissão da moeda, assim como a concessão de empréstimos ao Tesouro Nacional desde que seja editada lei complementar prevista na Constituição para dispor sobre finanças públicas.

61. Sobre a intervenção nos Estados e nos Municípios, afirma-se:

- I. As regras de intervenção federal que estabelecem hipóteses e procedimento se aplicam à intervenção feita pela União em Estados membros, no Distrito Federal e em Municípios localizados em Territórios Federais.
- II. A intervenção federal pode ser espontânea ou provocada. É exemplo da primeira a hipótese em que o Presidente da República repele invasão de estrangeiro, e é hipótese da segunda quando houver empecilho ao livre exercício do poder legislativo de um Estado, devendo o Presidente do poder legislativo requisitar do Presidente da República a intervenção.
- III. Na intervenção estadual provocada por requisição não há necessidade de manifestação do poder legislativo acerca da constitucionalidade do decreto de intervenção. O poder legislativo será submetido à apreciação da Assembleia legislativa do Estado, no prazo de 24 horas, em todos os outros casos.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas III.
B) Apenas as afirmativas II e III.
C) Apenas as afirmativas I e III.
D) Apenas as afirmativas I e II.
E) Apenas a afirmativa II.

62. Sobre a Constituição e a aplicabilidade de suas normas, afirma-se:

- I. Se uma lei fere o processo legislativo previsto na Constituição sob a qual foi editada e, até o advento da nova Constituição, não fora objeto de controle de constitucionalidade, ela não pode ser recebida pela nova Constituição, uma vez que o Supremo Tribunal Federal já se manifestou contra a adoção da teoria da constitucionalidade superveniente.
- II. Utilizando-se da classificação elaborada por José Afonso da Silva, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a norma constitucional que prevê que “lei complementar estabelecerá

outros casos de inelegibilidade...”, além das previstas no texto constitucional, é norma de eficácia contida, portanto, não autoaplicável e dependente de lei para poder ser aplicada.

- III. O STF adota o entendimento de que as normas constitucionais, fruto da manifestação do poder constituinte originário são dotadas de retroatividade mínima, ou seja, a norma atingirá prestações vencidas, mas ainda não adimplidas, ou, em outras palavras, a nova norma constitucional atingirá os efeitos pendentes de atos jurídicos verificados antes de sua vigência.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a afirmativa I.
B) Apenas as afirmativas I, II e III.
C) Apenas as afirmativas II e III.
D) Apenas as afirmativas I e II.
E) Apenas a afirmativa III.

63. Sobre a organização do Poder Judiciário do Mato Grosso do Sul, afirma-se:

- I. A legislação aplicável prevê a existência de três juízes substitutos sucessivos para cada juiz, mas se ainda assim houver a falta dos três, o titular da vara receberá substituto especial.
- II. O juiz de direito, no exercício da direção do foro, poderá instalar o distrito judiciário, nomear *ad hoc* o juiz de paz e servidores nos casos expressos em lei. Pode ainda conceder licenças de até trinta dias por ano; todavia, não pode cassar as licenças que concedeu.
- III. O Código de Organização Judiciária do Estado do Mato Grosso do Sul prevê que todas as pessoas devem se apresentar convenientemente trajadas às audiências e confere ao juiz a possibilidade de aplicação de penas aos infratores, que podem ser de advertência e chamamento nominal à ordem ou expulsão do recinto.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas I, II e III.
B) Apenas as afirmativas II e III.
C) Apenas as afirmativas I e II.
D) Apenas a afirmativa II.
E) Apenas as afirmativas I e III.

64. Sobre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Mato Grosso do Sul, afirma-se:

- I. Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os deputados não poderão ser processados por crime, sem prévia licença da Assembleia Legislativa, mas o indeferimento do pedido de licença ou a ausência de deliberação suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

- II. Aplicando-se analogamente a Constituição Federal, no caso de vacância do cargo de Deputado do Estado, o suplente será convocado. Todavia, a Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul ainda prevê que ausente o suplente, duas serão as soluções: se faltar mais de três meses para o término do mandato, far-se-á eleição indireta para preenchimento do cargo; se o prazo for menor, o cargo ficará vago.
- III. A Assembleia Legislativa do Estado reúne-se na capital; todavia, por motivo de conveniência pública e por deliberação da maioria absoluta de seus membros, poderá reunir-se, temporariamente, em qualquer cidade.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas I, II e III.
B) Apenas as afirmativas II e III.
C) Apenas as afirmativas I e II.
D) Apenas as afirmativas I e III.
E) Apenas a afirmativa II.

DIREITO ELEITORAL

65. Considere as assertivas a seguir quanto à competência e à organização da Justiça Eleitoral.

- I. São matérias reservadas à lei complementar.
II. Na composição do Tribunal Superior Eleitoral, por nomeação do Presidente da República, integram dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.
III. Na composição do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, por nomeação do Governador, integram dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
IV. As juntas eleitorais foram extintas pela Emenda Constitucional nº 45/2004.
V. O Tribunal Superior Eleitoral e os Tribunais Regionais Eleitorais designarão três juízes auxiliares para a apreciação das reclamações ou representações que lhes forem dirigidas e os recursos contra as decisões destes juízes serão julgadas pelo Plenário destes tribunais.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II, III e V.
B) Apenas as assertivas I, III e IV.
C) Apenas as assertivas I, II e V.
D) Apenas as assertivas II, IV e V.
E) Apenas as assertivas I, II, III e IV.

66. Considere as assertivas a seguir que dizem respeito ao exercício dos direitos políticos e às condições de elegibilidade.

- I. Os eleitores que sofreram uma condenação criminal transitada em julgado têm os direitos políticos suspensos e, enquanto durarem os efeitos, não poderão votar nem serem votados.
- II. Os eleitores que forem condenados por alguns crimes arrolados no artigo 1º, I, “e”, da Lei Complementar nº 64/1990, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, ficarão inelegíveis desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena. Neste período, o eleitor poderá votar após o cumprimento da suspensão dos direitos políticos, mas não poderá ser votado.
- III. Os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório, são inalistáveis e os militares de carreira (praças e oficiais) são alistáveis, embora ambos sejam inelegíveis.
- IV. A justiça de paz, remunerada, é composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação. Uma das condições de elegibilidade para postular o cargo de juiz de paz é a idade mínima de vinte e um anos.
- V. O domicílio eleitoral na circunscrição é uma das condições de elegibilidade e é definido como o lugar onde o eleitor estabelece a sua residência com ânimo definitivo, conforme interpretação analógica do Código Civil, em razão de ausência de disposição específica da legislação eleitoral.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II, III e IV.
B) Apenas as assertivas I, II, III e V.
C) Apenas as assertivas II, III e V.
D) Apenas as assertivas I, II e IV.
E) Apenas as assertivas III, IV e V.

67. Compete à Justiça Eleitoral processar e julgar:

- I. Execução fiscal de multas eleitorais (dívida ativa não tributária).
II. Ações relativas à matéria *interna corporis* dos partidos políticos.
III. Ao Tribunal Superior Eleitoral, originariamente, o processo e julgamento das ações rescisórias, nos casos de inelegibilidade, desde que intentada dentro de cento e vinte dias de decisão irrecorrível.
IV. Ações relativas à decretação da perda de mandato por infidelidade partidária.
V. Ações de impugnação de mandato eletivo que tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé, no prazo de quinze dias, contados da diplomação, instruída a ação

com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, IV e V.
- B) Apenas as assertivas II, IV e V.
- C) Apenas as assertivas II, III e IV.
- D) Apenas as assertivas I, II, III e IV.
- E) Apenas as assertivas I, III, IV e V.

68. Considere as assertivas a seguir que dizem respeito à propaganda política:

- I. O funcionamento de alto-falantes ou amplificadores, em regra, é permitido entre as 8 (oito) e as 20 (vinte) horas.
- II. É permitida a utilização de aparelhagem de sonorização fixa para realização de comício no horário compreendido entre as 8 (oito) e as 24 (vinte e quatro) horas.
- III. Constitui crime, no dia da eleição, punível com detenção e multa, com alternativa de prestação de serviços à comunidade, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata.
- IV. É proibida a realização de *showmício* e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral.
- V. Existe um conflito aparente de normas em relação à aplicação de limites de poluição sonora na propaganda eleitoral, uma vez que o artigo 39, § 3º, da Lei 9.504/1997, ao editar dispositivo semelhante ao artigo 244, II, do Código Eleitoral, suprimiu a expressão "com a observância da legislação comum".

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Todas as assertivas.
- B) Apenas as assertivas II, III, IV e V.
- C) Apenas as assertivas I, III, IV e V.
- D) Apenas as assertivas I, II, III e IV.
- E) Apenas as assertivas I, II, III e V.

69. Considere as assertivas a seguir que dizem respeito às garantias eleitorais.

- I. Um eleitor com sentença condenatória por crime inafiançável pode ser preso ou detido, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, apenas se decisão tiver o trânsito em julgado.
- II. A prisão pelo crime de "boca de urna" tem sido relaxada e considerada ilícita pela jurisprudência do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, uma vez que nenhuma autoridade poderá, desde 5 (cinco) dias antes e até 48 (quarenta e oito) horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor.

III. Os candidatos não poderão ser detidos ou presos, salvo no caso de flagrante delito, desde 15 (quinze) dias antes da eleição.

IV. O presidente da mesa receptora, assim como o juiz eleitoral, pode expedir salvo-conduto com a cominação de prisão por desobediência até 5 (cinco) dias, em favor do eleitor que sofrer violência, moral ou física, na sua liberdade de votar, ou pelo fato de haver votado.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, III e IV.
- B) Apenas a assertiva III.
- C) Apenas a assertiva IV.
- D) Apenas as assertivas III e IV.
- E) Todas as assertivas.

70. Sobre os partidos políticos, afirma-se:

- I. Os partidos políticos adquirirão personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- II. Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito a rádio e a televisão e, na forma da lei, as emissoras de rádio e televisão têm direito à compensação fiscal pela cedência do horário gratuito destinado à propaganda eleitoral e partidária.
- III. É assegurado aos partidos políticos autonomia para definir o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- IV. O Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul tem competência originária para processar e julgar as ações de perda do mandato por infidelidade partidária ajuizada em face de prefeitos e vereadores dos municípios sul-mato-grossenses.
- V. É possível que um detentor de cargo eletivo deixe o partido pelo qual foi eleito e se filie em outro, evitando a perda do mandato, se alegar uma das hipóteses de justa causa objetiva ou subjetiva previstas em Resolução do Tribunal Superior Eleitoral.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- B) Apenas as afirmativas I, IV e V.
- C) Apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- D) Apenas as afirmativas II, III e V.
- E) Todas as afirmativas.

71. Considere as assertivas a seguir sobre a propaganda eleitoral:

- I. A rede mundial de computadores, *internet*, é um meio eletrônico que privilegia a livre manifestação do pensamento e o princípio democrático, razão pelo qual o legislador, através da reforma promovida pela Lei 12.034/2009, não estendeu o direito de

resposta às ofensas irrogadas por candidatos através dos meios eletrônicos.

- II. Não é permitida a reprodução na *internet* da propaganda eleitoral contida na versão impressa de um jornal no sítio do meio de comunicação, uma vez que a legislação eleitoral somente permite a divulgação em sítios de candidatos, partidos e coligações, com endereço eletrônico previsamente comunicado à Justiça Eleitoral, diretamente ou indiretamente, hospedado em provedor de serviço de internet estabelecido no País.
- III. A contratação de cabos eleitorais para prestação de serviços nas campanhas eleitorais não gera vínculo empregatício com o candidato ou partido contratantes.
- IV. O Supremo Tribunal Federal, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, suspendeu liminarmente, com fundamento na liberdade de imprensa, a eficácia do inciso II do artigo 45 da Lei 9.504/1997 da expressão “ou difundir opinião favorável ou contrária a candidato, partido, coligação, a seus órgãos ou representantes”, bem como, por arrastamento, dos §§ 4º e 5º do mesmo artigo que conceituam o termo “montagem” e “trucagem”. A ação contesta os dispositivos que impedem as emissoras de veicular programas humorísticos que venham a degradar ou ridicularizar candidatos nos três meses que antecedem as eleições.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas III e IV.
B) Apenas as assertivas I, III e IV.
C) Apenas as assertivas I, II e III.
D) Apenas as assertivas II e III.
E) Apenas a assertiva IV.

72. Considere as assertivas a seguir sobre as inelegibilidades:

- I. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Lei da “Ficha Limpa” é compatível com a Constituição, mas não pode ser aplicada a atos e fatos ocorridos anteriormente à edição da Lei Complementar 135/2010 em razão do princípio da presunção da inocência.
- II. São inelegíveis por 8 anos, a contar da decisão administrativa aqueles que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidades sanáveis ou insanáveis que configurem atos dolosos de improbidade administrativa e por decisão irreversível do órgão competente, salvo se houver sido suspensa ou anulada pelo próprio órgão prolator ou pelo Poder Judiciário.
- III. São inelegíveis, por 8 anos, os magistrados e os membros de Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatórias, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na

pendência de processo administrativo disciplinar.

- IV. São inelegíveis pelo prazo de 8 anos, contados da decisão, os que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito o vínculo conjugal ou de união estável para evitar a caracterização de inelegibilidade.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas II, III e IV.
B) Apenas as assertivas I e IV.
C) Apenas as assertivas III e IV.
D) Apenas as assertivas I, II e III.
E) Todas as assertivas.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS

73. Considere o que se afirma a respeito dos embargos de declaração no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis:

- I. Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.
- II. Os embargos de declaração serão interpostos somente por petição escrita dirigida ao Juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão.
- III. Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração interrompem o prazo para recurso.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a assertiva I.
B) Apenas as assertivas I e II.
C) Apenas as assertivas I e III.
D) Apenas as assertivas II e III.
E) Apenas a assertiva III.

74. Sobre o direito de recorrer no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, afirma-se:

- I. Da sentença, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado, o qual será julgado por uma turma composta por três juizes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado.
- II. Até o limite de 20 (vinte) salários mínimos, dispensa-se a presença de advogados, inclusive para recorrer.
- III. O recurso será interposto no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.
- IV. No ato da interposição do recurso, o recorrente deverá comprovar o preparo,

inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

- V. O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas II e IV.
- B) Apenas as afirmativas I e II.
- C) Apenas as afirmativas III e V.
- D) Apenas as afirmativas IV e V.
- E) Apenas as afirmativas I e V.

75. Sobre os poderes do juiz, analise as assertivas a seguir:

- I. O juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, para apreciá-las e para dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica, devendo proferir sentença líquida, mencionando os elementos de sua convicção, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- II. O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- III. Nas causas de valor até vinte salários mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória. O juiz alertará as partes da conveniência do patrocínio por advogado, quando a causa o recomendar.
- IV. Somente se admitirão a denunciação à lide e a assistência litisconsorcial.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, II e III.
- B) Apenas as assertivas I, III e IV.
- C) Apenas as assertivas II, III e IV.
- D) Apenas as assertivas II e III.
- E) Apenas as assertivas I e III.

76. Analise as assertivas abaixo:

- I. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- II. Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.
- III. Somente se pronunciará a nulidade se dela decorrer prejuízo.
- IV. É competente o foro do lugar onde a obrigação deva ser satisfeita salvo se, a critério do autor, preferir-se ajuizar a demanda no foro do local onde o réu exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I, III e IV.
- B) Apenas as assertivas I, II, e IV.
- C) Apenas as assertivas II, III e IV.
- D) Apenas as assertivas I, II e III.
- E) Apenas as assertivas II e III.

77. Em relação às regras de continência e conexão constantes no Código de Processo Penal, sua aplicação aos crimes de menor potencial ofensivo, quando deslocados da competência do Juizado Especial Criminal, é **CORRETO** afirmar:

- A) A possibilidade de composição dos danos civis e transação penal dependerá das somas de penas dos crimes conexos ou continentes que não podem ultrapassar 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- B) Não afastam a possibilidade de oferta de composição dos danos civis e de transação penal, as quais serão realizadas pelo Juízo que tramita o processo.
- C) No caso de conexão entre crime de menor potencial ofensivo e crime doloso contra a vida, a cisão torna-se obrigatória.
- D) A continência entre vários crimes de menor potencial ofensivo em continuidade delitiva mantém a competência do Juizado Especial Criminal caso a pena do crime mais grave exasperado em 2/3 não ultrapasse 2 (dois) anos de pena.
- E) Um crime de menor potencial ofensivo cometido em concurso formal impróprio com um crime com pena superior a 2 (dois) anos não impede o julgamento de ambos pelo Juizado Especial caso exista consunção, com absorção do primeiro.

78. É **CORRETO** afirmar que a prisão em flagrante delito prevista no Código de Processo Penal, para crimes de menor potencial ofensivo:

- A) Poderá ser relaxada pelo Delegado de Polícia no caso de não previstas hipóteses de Prisão Preventiva e o crime prever pena de detenção.
- B) Só é admissível no caso de crime com pena de reclusão prevista e com inafiançabilidade obrigatória.
- C) Pode ser seguida de concessão de fiança e liberdade provisória pelo juiz caso o acusado não tenha sofrido prisão pelo mesmo motivo nos últimos cinco anos.
- D) É possível, desde que presentes alguma das seguintes hipóteses: está cometendo a infração penal; acaba de cometê-la; é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.
- E) É inviável diante da possibilidade posterior de composição de danos civis e transação penal.

79. Em relação ao procedimento nos Juizados Especiais Criminais, é **CORRETO** afirmar:

E) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.

- A) Após aberta a audiência e ofertada a palavra ao advogado defensor para responder à acusação, o juiz, caso venha a receber a denúncia ou queixa, designará, imediatamente audiência, para a próxima data disponível na pauta, para a qual todos serão intimados - o acusado e a vítima -imediatamente.
- B) Torna-se imprescindível o inquérito policial prévio para oferecimento da denúncia quando esta for embasada em registro de ocorrência policial.
- C) O exame de corpo de delito é obrigatório, para qualquer crime que deixe vestígio como forma de provar a materialidade delitiva.
- D) É necessário mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça para intimar testemunhas.
- E) Na ação penal de iniciativa pública, quando inexistir aplicação de pena, pela ausência do noticiado ou pela inoportunidade de transação penal, o representante do Ministério Público oferecerá, de imediato, denúncia oral ao juiz, caso sejam desnecessárias outras diligências.

80. No âmbito do sistema dos Juizados Especiais, regramentos específicos devem ser observados. Indique, tendo em conta as assertivas que seguem, a alternativa **CORRETA**:

- I. Em sede de audiência preliminar, presentes as partes, e estas representadas por seus respectivos advogados, é possível proceder com a composição dos danos civis e, como consequência, independentemente da infração penal em tese cometida, após homologação judicial redundará em renúncia ao direito de queixa ou representação.
- II. É facultado ao representante do Ministério Público ofertar proposta de transação penal, quando indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, se necessária e suficiente a adoção da medida, sendo obrigatório respeitar, entretanto, sua impossibilidade no caso de eventual existência de condenação criminal anterior com pena restritiva de liberdade, de concessão de idêntico benefício nos últimos cinco anos.
- III. O oferecimento de denúncia pelo Ministério Público ocorrerá oralmente na audiência preliminar, devendo a proposição de suspensão condicional do processo acontecer somente após a apresentação da defesa preliminar, já na audiência de instrução e julgamento.
- IV. O juiz ao prolatar a sentença condenatória aplicará a pena privilegiando a imposição de pena diversa da privativa de liberdade.

- A) Apenas as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- B) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- C) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.
- D) Apenas as assertivas I e IV são verdadeiras.

BLOCO 3

DIREITO ADMINISTRATIVO

81. “Após o artigo publicado por Celso Antônio Bandeira de Mello em 1967, que efetivamente lançou de forma pioneira uma sólida proposta de fundamentação normativa ao princípio da supremacia do interesse público sobre o privado, irromperam outras manifestações doutrinárias fazendo alusão à sua existência. Em sua maior parte, salvo raríssimas exceções, tratavam-se de referências pontuais em cursos e manuais, sem maiores desenvolvimentos teóricos.” (HACHEM, Daniel Wunder. *Princípio constitucional da supremacia do interesse público*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 68.)
Considerando o assunto desse fragmento, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O regime jurídico administrativo é pautado por um conjunto de sujeições à Administração Pública que decorrem do princípio da supremacia do interesse público.
- B) Segundo o sistema jurídico-positivo atual, o princípio da supremacia do interesse público não possui afirmação expressa no texto constitucional de 1988, apesar do seu reconhecimento como princípio constitucional implícito estruturante do regime jurídico administrativo.
- C) O princípio da supremacia do interesse público não possui estatura constitucional, apenas infraconstitucional, notadamente na Lei Federal de Processo Administrativo e em algumas Constituições estaduais.
- D) A indisponibilidade do interesse público não tem qualquer ligação com o princípio da supremacia do interesse público, pois se reporta apenas à atividade fiscalizatória do Estado.
- E) O princípio da supremacia do interesse público não está sujeito à ponderação com outros princípios devido ao seu caráter absoluto.

82. “Explicitando melhor a indagação: se o processo administrativo e, por derivação, o processo administrativo disciplinar é ‘processo’ (com as consequências já assentadas) tanto quanto o processo judicial, seria lícito deduzir que a competência para legislar sobre a matéria estivesse delimitada pelo art. 22, I, da CF (...) e pelo art. 24, XI, da CF (...)?” (BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. *Processo administrativo disciplinar*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 82.)

Considerando o questionamento levado a efeito pelo autor, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** responderia à indagação:

- A) Não. A competência para legislar sobre processo administrativo, no Brasil, é privativa dos Estados Federados.
- B) Depende, pois a Constituição Federal atribui competência privativa da União para legislar sobre processo administrativo no Brasil apenas para que sejam editadas normas gerais aos demais entes federativos.
- C) Não. A competência para legislar sobre processo administrativo, no Brasil, é atribuída a cada entidade federativa, ainda que a jurisprudência pátria tenha reconhecido a possibilidade de aplicação da lei federal aos demais entes federativos no caso de inexistência de lei própria.
- D) Sim. A competência para legislar sobre processo administrativo no Brasil é atribuída à União Federal em qualquer situação, exceto no caso do processo disciplinar, que é regido pelos estatutos próprios.
- E) Depende, pois a competência para legislar sobre processo administrativo no Brasil reporta-se apenas ao processo disciplinar e não ao processo administrativo ordinário (não sancionatório) quando atribuída à União.

83. Considerando o regime jurídico constitucional incidente sobre a prestação de serviços públicos privativos (ou exclusivos) do Estado no Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Podem, nessa categoria, ser enquadrados os serviços públicos de educação e saúde.
- B) Podem ser enquadradas nessa categoria as atividades econômicas de exploração direta do Estado, salvo nos casos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.
- C) São prestados direta ou indiretamente pelo Estado. Nessa segunda hipótese, todavia, precisam ser criadas empresas públicas ou sociedades de economia mista, que realizam a atividade mediante delegação.
- D) Sua competência prestacional é estabelecida explicitamente pela Constituição Federal em caráter enumerativo e exaustivo, quando se trata da União.
- E) Tais serviços não podem ser concedidos, pois são livres à iniciativa privada, diferentemente dos serviços públicos não privativos (ou não exclusivos) do Estado.

84. “Muitos autores, quando tratam do ‘terceiro setor’, expressam opiniões bastante favoráveis ao momento atual de desresponsabilização do Estado sobre as questões sociais e repasse dos serviços sociais ao “terceiro setor”. Outros apenas informam a realidade contemporânea sem, necessariamente, tecerem críticas favoráveis ou desfavoráveis. Há ainda posicionamentos que defendem a sociedade civil organizada, mas que não concluem que em

muitos momentos a sociedade civil é utilizada como prestadora de serviços sociais numa realidade neoliberal.” (VIOLIN, Tarso Cabral. *Terceiro setor e as parcerias com a administração pública*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 128.)

Considerando o texto acima e o sistema constitucional atualmente vigente, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) As organizações não governamentais são associações civis dotadas de personalidade jurídica, mas que não podem obter lucro em suas atividades.
- B) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado componentes do terceiro setor surgidas no sistema jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- C) A Constituição Federal não estabelece a distinção entre primeiro, segundo e terceiro setores como um de seus critérios classificatórios, todavia, trata-se de um critério largamente utilizado pela doutrina e jurisprudência, notadamente nos casos de parcerias entre pessoas jurídicas de direito público e entidades privadas sem fins lucrativos.
- D) As entidades do terceiro setor são aquelas que firmam parcerias com alguma pessoa jurídica de direito público, como é o caso das conveniadas.
- E) Os chamados serviços sociais são atividades de utilidade pública que podem ou não ser prestados pelo Estado, constituindo uma atividade facultativa de fomento, quando por ele prestadas, ainda que por intermédio de entidades do terceiro setor.

DIREITO TRIBUTÁRIO

85. Considere as seguintes situações em que não há imposto devido:

- I. Sobre o patrimônio dos partidos políticos, relacionado com suas finalidades essenciais.
- II. Sobre a propriedade de pequenas glebas rurais, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
- III. Sobre a saída de produtos industrializados, do estabelecimento, para distribuição gratuita, de diminuto ou nenhum valor comercial.

As situações correspondem, respectivamente, aos seguintes institutos:

- A) Isenção; não incidência; alíquota zero.
- B) Imunidade; isenção; alíquota zero.
- C) Isenção; imunidade; isenção.
- D) Isenção; imunidade; imunidade.
- E) Imunidade; imunidade; isenção.

86. Analise as afirmativas abaixo, em relação à legalidade tributária:

- I. É proibido à União, Estados, Distrito Federal e Municípios instituir tributo sem lei que o estabeleça, sem exceção.
- II. É proibido à União, Estados, Distrito Federal e Municípios aumentar tributo senão por meio de lei específica, sem exceção.
- III. É proibido à União, Estados, Distrito Federal e Municípios reduzir tributo senão por meio de lei específica, sem exceção.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas I e II.
- B) Apenas as afirmativas I, II e III.
- C) Apenas a afirmativa I.
- D) Apenas as afirmativas II e III.
- E) Apenas as afirmativas I e III.

87. Sobre o sujeito passivo da obrigação tributária, é **CORRETO** afirmar:

- A) Salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, podem ser opostas à Fazenda Pública, apenas para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.
- B) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- C) Havendo solidariedade, em regra, o pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- D) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo, mas não de penalidade pecuniária.
- E) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.

88. São hipóteses de extinção do crédito tributário:

- A) O pagamento, a compensação, a moratória e a conversão de depósito em renda.
- B) A transação, remissão, a decisão administrativa irreformável e a moratória.
- C) O pagamento, a conversão de depósito em renda, a isenção e a decadência.
- D) A compensação, remissão, anistia e o pagamento.
- E) A transação, remissão, a consignação em pagamento, nos termos do CTN, e a decisão judicial passada em julgado.

DIREITO EMPRESARIAL

89. Considere as afirmativas a respeito das sociedades no Direito Brasileiro:

- I. Nas sociedades limitadas o capital social pode ser aumentado, esteja totalmente integralizado ou não, com a correspondente alteração de contrato social formalizando o aumento do capital social.
- II. Uma companhia deve adotar a denominação como modalidade de nome empresarial.
- III. As sociedades anônimas poderão emitir debêntures, as quais poderão assegurar ao seu titular juros (fixos ou variáveis), participação no lucro da companhia, bem como a participação nos resultados da sociedade.
- IV. Nas sociedades em nome coletivo todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, considerando-se que somente pessoas físicas podem participar desta modalidade societária.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- B) Apenas a afirmativa III.
- C) Apenas as afirmativas II, III e IV.
- D) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- E) Apenas as afirmativas I, II, III e IV.

90. Considere as afirmativas a respeito das manifestações processuais nos processos de falência e de recuperação judicial de empresas, nos termos da Lei 11.101/05:

- I. O prazo de apresentação de contestação pelo devedor em um pedido de falência é de 15 (quinze) dias.
- II. O recurso cabível em face da sentença que decretar a falência do devedor é o Recurso de Apelação.
- III. O prazo para que o devedor apresente o plano de recuperação judicial é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial.
- IV. A ação revocatória é o procedimento trazido pelo legislador falimentar para tornar nulos os atos do empresário praticados durante o termo legal fixado na sentença declaratória de falência, com a intenção de prejudicar credores.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- B) Apenas a afirmativa III.
- C) Apenas as afirmativas II, III e IV.
- D) Apenas as afirmativas I, II e IV.
- E) Apenas as afirmativas I, II, III e IV.

91. Considere as afirmativas a respeito da figura da EIRELI:

- I. A figura da EIRELI significa “empresa individual de responsabilidade limitada.” A pessoa natural que constituir uma empresa individual de responsabilidade limitada, em

nenhuma hipótese, poderá figurar em outra empresa dessa modalidade.

- II. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 120 (cento e vinte) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- III. O Sr. João da Silva Pacheco constituiu uma EIRELI e utilizou o nome empresarial “JOÃO DA SILVA PACHECO EIRELI”; nesse caso, pode-se afirmar que o nome empresarial utilizado pelo empresário é uma firma.
- IV. Empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram essa concentração.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as afirmativas II, III e IV.
 - B) Apenas a afirmativa II.
 - C) Apenas a afirmativa I, II e IV.
 - D) Todas as afirmativas estão corretas.
 - E) Apenas as afirmativas I, III e IV.
- 92.** Considere as afirmativas a respeito do registro público de empresas mercantis e dos atos levados a registro:
- I. Para que uma pessoa possa consultar os assentamentos dos registros empresariais nas(s) Junta(s) Comercial(is), é preciso que seja apresentado requerimento formal com o motivo que justifica a consulta requerida.
 - II. Os documentos que forem levados à arquivamento na(s) Junta(s) Comercial(is) deverão ser apresentados a arquivamento no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento. Fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir do despacho que o conceder.
 - III. É possível a nomeação de administrador para sociedade limitada por meio de alteração de contrato social ou por ato apartado, sendo que, no caso de nomeação por ato apartado, o administrador investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração.
 - IV. A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de maioria simples, no mínimo, após a integralização do capital.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) As afirmativas I, III e IV.
- B) Apenas a afirmativa III.
- C) As afirmativas II e III.
- D) As afirmativas I, II e IV.
- E) As afirmativas I, II, III e IV.

DIREITO AMBIENTAL

- 93.** O Ministério Público do Mato Grosso do Sul propôs Ação Civil Pública contra sociedade comercial que explora posto de gasolina e que, segundo laudo do órgão ambiental estadual, vem causando poluição nas águas subterrâneas decorrente do vazamento de seu tanque de armazenamento. A ré defendeu-se, dizendo que comprou o posto havia 4 (quatro) meses e que a responsabilidade é da empresa que a antecedeu, que explorou o local por 15 anos. Em termos de responsabilidade civil pelo dano ambiental, é **CORRETO** afirmar que a ré:

- A) Não responde civilmente, porque inexistente o nexo causal, face ao reduzido tempo da aquisição, entre sua conduta e o dano ambiental causado.
- B) Responde civilmente, mas pode apresentar reconvenção contra a empresa que a antecedeu no local para ver-se ressarcida da indenização a que vier a ser condenada pelo tempo anterior à aquisição e por danos morais.
- C) Responde civilmente, todavia proporcionalmente pelo tempo em que explora o comércio de gasolina.
- D) Não responde civilmente, porque, no contrato firmado com o vendedor, existe cláusula excluindo-o de responsabilidade por danos ambientais.
- E) Responde civilmente, em caráter solidário, porque, além de sucessora, omitiu-se no dever de preservação ambiental da propriedade.

- 94.** José da Silva, diretor executivo da “Indústria de Cal JS Ltda.,” foi indiciado pela Delegacia de Crimes Ambientais da SSP/MS pela prática do crime de poluição atmosférica, praticado através do lançamento de grande quantidade de fumaça emitida pelos fornos da sociedade comercial que dirige, comprovadamente em níveis superiores aos permitidos pelo órgão ambiental estadual conforme perícia realizada. Do ponto de vista da responsabilidade penal, o acusado está sujeito a ser denunciado pelo Ministério Público e:

- A) Responder pela prática da contravenção penal prevista no artigo 38 do Decreto-lei 3.668, de 1941 (emissão de fumaça, vapor ou gás), ainda que não cause ofensa física, molestamento ou perigo a terceiros.
- B) Responder por crime de poluição, previsto no art. 54 da Lei 9.605/98, desde que os efeitos da conduta resultem ou possam ter resultado danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.
- C) Responder por crime de poluição previsto no art. 54 da Lei 9.605/98 em concurso material com o art.132 do Código Penal (perigo para a vida ou a saúde de outrem), desde que os

efeitos da conduta resultem ou possam resultar danos de natureza grave exclusivamente à saúde humana.

- D) Responder por crime de poluição, independentemente do resultado da conduta, uma vez que no crime de poluição aplica-se o princípio da responsabilidade objetiva.
- E) Responder por crime de poluição, previsto no art. 54 da Lei 9.605/98, perante o Juizado Especial Criminal, facultando-se-lhe a possibilidade de firmar transação com o Promotor de Justiça.

95. As águas de um rio que nasce e termina dentro do território de um município do Estado de Mato Grosso do Sul, pertencem ao domínio do ente federativo abaixo:

- A) Estado-membro onde se situem.
- B) Proprietários do imóvel por onde as águas passam, desde que tenham título válido matriculado no cartório de Registro de Imóveis.
- C) Órgão ambiental do Estado-membro.
- D) Município onde se situem.
- E) União Federal, na hipótese de os detentores da posse dos imóveis ribeirinhos não possuírem título matriculado no cartório de Registro de Imóveis.

96. Considere as afirmativas abaixo, a respeito do uso de agrotóxicos e destinação das embalagens por agricultor em sua lavoura:

- I. O usuário, sem prejuízo de outras obrigações, deverá efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas, no prazo de até um ano, contado da data de compra, ou prazo superior, se autorizado pelo órgão registrante.
- II. O usuário deverá deixar à disposição da fiscalização, pelo prazo de um ano, as embalagens vazias dos produtos e depois destiná-las a aterro sanitário, através da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, ou outra do Município que tenha tais atribuições.
- III. O usuário deverá deixar à disposição da fiscalização, pelo prazo de um ano, as embalagens vazias dos produtos e depois destiná-las ao IMASUL - Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul -, que lhes dará destino em conformidade com as possibilidades existentes nos aterros sanitários do Estado de Mato Grosso do Sul.
- IV. O usuário deverá efetuar a devolução das embalagens vazias dos produtos aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, aos quais compete proceder a tríplex lavagem e encaminhar a locais previamente indicados pelo IMASUL - Instituto do Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul -, de acordo com as instruções previstas nas respectivas bulas.

V. O usuário deverá dar destino correto às embalagens com todas as cautelas previstas na legislação, bem como em decretos e atos administrativos, vedada, seja qual for a hipótese, a remessa a aterro sanitário, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

É correto o que se afirma **APENAS** em:

- A) III e V estão corretas.
- B) II, IV e V estão corretas.
- C) II e III estão corretas.
- D) I, II e III estão corretas.
- E) I e V estão corretas.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

97. A respeito da relação entre demandas coletivas e individuais, afirma-se:

- I. As ações coletivas não induzem litispendência para as ações individuais.
- II. As ações individuais que não forem suspensas não podem ter julgamento contraditório com a ação coletiva.
- III. Caso queiram beneficiar-se do julgamento de procedência de ação coletiva, os autores das ações individuais devem requerer sua suspensão no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I e III.
- B) Apenas as assertivas I e II.
- C) Apenas as assertivas II e III.
- D) Apenas as assertivas I, II e III.
- E) Apenas a assertiva II.

98. Em relação ao arquivamento de inquérito civil público, afirma-se:

- I. Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, seguindo critérios de conveniência, oportunidade e equidade.
- II. Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.
- III. Deixando o Conselho Superior do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas I e II.
- B) Apenas as assertivas II e III.
- C) Apenas a assertiva III.
- D) Apenas as assertivas I e III.
- E) Apenas a assertiva II.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas a assertiva I.
- B) Apenas a assertiva III.
- C) Apenas as assertivas I e II.
- D) Apenas as assertivas I e III.
- E) Apenas as assertivas II e III.

99. Em relação à ação civil pública na tutela de difusos, coletivos e individuais homogêneos, afirma-se:

- I. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.
- II. Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º da Lei 7347/85, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de reconstrução de bens lesados e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente.
- III. Não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

Está(ão) **CORRETA(S)**:

- A) Apenas as assertivas II e III.
- B) Apenas as assertivas I e III.
- C) Apenas a assertiva II.
- D) Apenas a assertiva III.
- E) Apenas as assertivas I e II.

100. Em relação à ação civil pública, define-se que:

- I. Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público não poderá assumir a titularidade ativa.
- II. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, que lesem direito líquido e certo relativo aos direitos da infância e da juventude, caberá ação mandamental, que se regerá analogicamente pelas normas da lei do mandado de injunção.
- III. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória sem que a associação autora lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada igual iniciativa aos demais legitimados.



